



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SHIRLENE SILVA DE SANTANA

A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: quando a história se repete

SALVADOR-BAHIA
2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SHIRLENE SILVA DE SANTANA

A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: quando a história se repete

Monografia apresentada ao colegiado de pedagogia da faculdade de educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia sob a orientação da Professora. Dra. Iara Rosa Farias.

SALVADOR- BAHIA

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SHIRLENE SILVA DE SANTANA

A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: quando a história se repete

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Cleverson Suzart

Professor Doutor Paulo Gurgel

Professora Dra. Iara Rosa Farias

Dedicatória

*À minha mãe Isabel, à minha sobrinha
Atã Mirá e a toda gente forte.*

SUMÁRIO

Introdução _____	07
Desenhos pré- históricos: embriões da comunicação / expressa _____	12
O sistema de representação em função do aspecto a ser representado _____	18
A fala: um elemento substituto _____	27
Alfabetização: A história da escrita se repete _____	36
Um conflito individual para cada fase histórica _____	39
Conclusão _____	51
Referências _____	54

RESUMO

O objeto de estudos desta monografia é a linguagem escrita. Optou-se por tal objeto em função da sua relevância e da sua complexidade. Relevância em virtude do peso sócio-cultural que a escrita possui em nossa sociedade, visto que por meio dela é possível desde obter informações até o desenvolvimento de pesquisas, bem como se inserir no mercado de trabalho, apenas para citar alguns fatores. Complexo porque se trata de um “objeto” constituído e construído no decorrer da história da humanidade. Tratar da escrita é também observar e refletir sobre as conquistas da humanidade para expressar sentimentos, idéias, situações, opiniões, vivências e, também, comunicá-los. Nesta monografia, será observado que nem sempre expressão e comunicação caminharam lado a lado. Além disso, a escrita alfabética, tal como a conhecemos nos dias atuais, e o Português brasileiro escrito pertence a esse tipo, é uma construção histórica que percorreu séculos até ter a feição que conhecemos. Para isso, o homem interagiu com o meio a sua volta e desenvolveu-se cognitivamente. As relações entre as culturas antigas, tal como Fenícia, Egípcia e Grega, influenciaram, muito o desenvolvimento da escrita e do alfabeto. Mas, a escrita também é tema de interesse para os alfabetizadores e alfabetizados. Por essa razão, além da história da escrita, trazemos as contribuições das pesquisas do construtivismo, cotejando a construção da escrita pela humanidade com a construção da escrita pela criança. Não se faz neste trabalho uma homologação simplista, busca-se entender as fases da aquisição da escrita por meio da história da escrita. Por fim, após as discussões sobre a construção da escrita na criança, apresenta-se a reflexão final sobre o ato de alfabetizar e do processo de ser alfabetizado, e o que se espera do alfabetizador frente à escrita, objeto tão sedutor.

Palavras-chave: História da escrita. Alfabetização. Aquisição da escrita. Construtivismo.

INTRODUÇÃO

Nesta breve introdução pretendemos apresentar as razões que nos levaram à constituição deste trabalho: a motivação que nos levou ao tema alfabetização, por que os eixos deste trabalho se assentam na história da escrita aliada à psicogênese da língua escrita, além das questões lingüísticas subjacente a ele e como tais eixos podem ajudar futuros alfabetizadores no desenvolvimento de seu trabalho.

Estamos cientes que o processo de alfabetização compreende dois fenômenos: a leitura e a escrita a princípio inseparáveis. Porém, devido ao pequeno porte de uma monografia e por questões didáticas trataremos exclusivamente da escrita. As pesquisas bibliográficas feitas para constituição deste trabalho revelaram que a escrita deve ser estudada no rol das questões lingüísticas. Isto porque este campo de estudos possui muitas pesquisas sobre a escrita como representação e sua relação com a fala. Tal observação é decorrente dos estudos sobre linguagem ocorridos na disciplina EDC 285, Alfabetização, sob regência da professora Iara Farias, no ano de 2006 na Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia. Portanto, defende-se aqui o fato de que para entender e atuar como alfabetizador é imprescindível compreender a língua e o sistema que tenta notá-la, além de conhecer minimamente o desenvolvimento da escrita pela humanidade. Estes conhecimentos nos facultam compreender a arbitrariedade (as diferenças, as particularidades e a convencionalidade) entre o representado (os sons da língua) e o representante (os signos do alfabeto) e como esta se estabeleceu.

Nosso interesse se definiu a partir da oportunidade de estagiar em classes de EJA (Educação de Jovens e Adultos) durante dois anos, dos estudos na disciplina EDC 285, Alfabetização, que ocorreram um ano após o início da atuação em classes de EJA, além da nossa participação na pesquisa PIBIC sobre aquisição de língua escrita. Estes dois últimos fatos marcaram, como “divisor de águas”, nossa compreensão sobre o processo de aquisição da escrita e, mesmo, sobre a própria escrita.

No início do estágio não conseguíamos compreender como alguém poderia ser analfabeto. Como alguém não conseguia compreender que para escrever o som

/ME/, primeira sílaba de MESA, deve usar as letras M e E? Ou, já estando escritas, como não conseguia ler? Isto é óbvio! Foi exatamente a “clareza” desta relação, a primeira crise conceitual provocado na disciplina. Aliás, antes da oportunidade do estágio, uma criança de oito anos, e que freqüentava a escola há quatro, nos disse categoricamente: “...*eu não sei o que vou botar quando você diz MA, eu não sei do que você está falando*”. Estávamos tentando ensinar uma atividade escolar, onde a proposta era escrever a palavra macaco, e a criança estava se referindo à minha insistência em fazê-la escrever a sílaba MA.

As minhas “certezas” e a “ignorância” da menina trocaram de lugar, a partir de um texto sobre a *Natureza do signo lingüístico*, (Ferdinand de Saussure, 1972, p.79). O texto desmistifica a concepção que alguns têm sobre a língua como uma lista de termos que correspondem a uma lista de coisas. Em outros termos, o signo lingüístico (a palavra) é composto de duas unidades: o som (significante) que designa o nome dos objetos e o conceito (significado) do objeto. E aqui estamos apenas falando da palavra oral. Imaginem quando isso passa para a palavra escrita.

Segundo Saussure, esta duas contrapartidas não têm uma relação direta entre si, mas, juntas, formam o signo lingüístico, não existindo, portanto, nada entre ambos, senão uma relação meramente convencional, estabelecida socialmente (eis a arbitrariedade). E sobre isso, vamos descrever e discutir largamente nesta monografia. Aliado a este texto, lemos *Reflexões sobre alfabetização* (2005) onde Emília Ferreiro, defende o alfabeto como um sistema de representação. A autora acrescenta que numa representação entre os elementos de uma realidade e os elementos utilizados para representá-la, a relação pode se análoga ou completamente arbitrária.

A escrita alfabética se enquadraria neste último, porque ao tentar representar, escolhe representar o significante fala (o som), a denominação dos objetos, deixando de se referir diretamente a eles. Segundo, porque escolhe elementos (signos alfabéticos, as letras) completamente alheios ao que se quer representar: a linguagem falada. Noutros termos, os usuários deste sistema quando querem se referir, por exemplo, ao sol não desenham uma bola com cores vibrantes em alusão à sua aparência. São usados símbolos convencionais (letras) para escrever a

palavras sol, sempre as mesmas e em ordem específica como quer as relações, também convencionais, impostas pelo sistema estabelecido

Ora, se os objetos do mundo têm uma relação indireta com seus nomes, sons, que querem representá-los, então, da mesma forma, o sistema de escrita, especificamente o alfabético, não tem relação direta com a fala. Chegamos a esta conclusão resolveu em parte o problema, de entendermos a escrita como um sistema de representação arbitrário aos objetos do mundo e, inclusive, à fala. Além disto, colocou a escrita no mesmo rol das concepções teóricas da linguagem e denunciou que as linguagens falada e escrita têm uma implicação. Tal implicação, muitas vezes, está em nível inconsciente dos falantes e escritores.

A partir disso, ampliamos a compreensão: a escrita deve, portanto, ser compreendida como um objeto inventado socialmente com o intuito de substituir a fala, esta por sua vez, é um fenômeno biológico, transformado e categorizado como fenômeno lingüístico. A utilização da escrita na comunicação e na expressão entre os indivíduos promove interação, pois é mais uma forma de estabelecer entendimento. Assim, concluímos que a linguagem falada e a escrita são faces da mesma moeda, pois se referem aos objetos do mundo. Desta forma, uma das primeiras coisas que o alfabetizador precisa tomar consciência é que a escrita tenta representar a fala, como esta representação nada tem de natural, tal compreensão também não se dará naturalmente pelos alfabetizandos. O óbvio tão-somente existe para quem já sabe e apreendeu a relacioná-las. Faltava-nos descobrir como essa relação arbitrária se instaurou, entre os objetos e o sistema alfabético, através do intermédio da fala. Para tanto, tivemos que buscar os sistemas que antecederam ao atual e nos deparamos com as primeiras tentativas dos homens primitivos de representar o mundo a sua volta, primeiramente com o intuito de expressar, em seguida para se comunicar. Buscamos, pois, investigar a gênese da escrita e o seu processo de desenvolvimento.

Podemos ver o início da evolução da escrita nos processos de expressão e comunicação, tais procedimentos são transformados concomitantemente; ao mesmo tempo em que o homem os torna mais complexos, esses processos, ampliam-lhe a capacidade de se (in)formar, pois ao passo que o homem interage com o meio, aumenta o nível de informação, o que o leva a buscar externar o que lhe ocorre. O

primeiro ápice desse processo foi a oralização, o segundo, muito tempo depois, a escrita.

Se quisermos uma síntese, podemos dizer que houve um aumento quantitativo e qualitativo da capacidade de expressão e de comunicação, pelo desenvolvimento do arcabouço a ser expresso e comunicado, desde os desenhos pictográficos até a escrita fonográfica, fonética e alfabética. Com o desenvolvimento das relações sociais, principalmente as relações de trabalho e as, de ordem religiosas, foi necessário criar um sistema de escrita mais simples quanto à quantidade de símbolos.

A história demonstra que a origem da escrita em nada se relacionou com a fala, antes ela tentava representar as coisas como são concretamente (Higounet 2003). Para tanto, foram desenvolvidos pictogramas, partindo do princípio ideográfico; por fim, o sistema alfabético, a partir do caráter fonográfico da escrita, na tentativa de representar a fala. À medida que o homem despertou para os aspectos formais da linguagem, descobriu que esta pode ser decomposta em partes menores, palavras, sílabas e fonemas e que se repetem, portanto são de número bem mais reduzido, o que facilitou a memorização da quantidade de símbolos utilizados na representação.

Em outras palavras, a representação da escrita se afastou do elemento concreto, ao mesmo tempo em que se estabeleceu a arbitrariedade entre os elementos do mundo a serem representados e seus representantes, agora impresso, escrito, portanto por convenção. Tal rumo percebido na evolução da escrita segue as características da natureza do signo lingüístico, afirmado por Saussure (1972) tempos mais tarde. A passagem dessas etapas não foi tão simples, no processo de evolução percebe-se um distanciamento entre o gravado e o que se quer representar imputado por questões práticas: o tipo de material utilizado, materiais mais maleáveis e a necessidade de maior agilidade na escrita. Com tanto aspectos envolvidos, a história da evolução da escrita pode ser contada por diversos pontos de vista.

Neste trabalho, optamos por fazê-la a partir do encontro entre: o desenvolvimento do sistema pictográfico, ideográfico, passando pelo desenvolvimento do sistema alfabético e a criação do alfabeto; a necessidade de

gravar em suportes físicos e a relação arbitrária entre os símbolos escolhidos para essas notações e a fala. Higounet (2003, p.11), afirma que a humanidade chegou ao estágio embrionário da escrita com as primeiras tentativas de representação gráfica, e diz: “(...) a escrita é o procedimento o qual atualmente nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada por essência fugidia”.

Assim, a partir das questões por nós levantadas constituímos este trabalho que está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, traremos a história da escrita, a partir de uma breve apresentação sobre os processos de comunicação e de expressão e o embrião destes, percebidos nos desenhos pré-históricos. Em seguida, discorreremos sobre o caráter da representação da escrita sintética, analítica e fonográfica, em contraponto ao sistema de representação utilizado para expressá-los: pictográfico, ideográfico, logográfico, silábico e alfabético, tendo como pano de fundo, as questões socioculturais dos povos onde foram desenvolvidas as escritas. Por fim, esclareceremos como os gregos inovaram o sistema alfabético criado pelos semitas a partir de suas necessidades lingüísticas.

Buscaremos os elementos que representam os sistemas na História, contextualizando-os na contemporaneidade sempre que possível. Quanto aos suportes utilizados, ou seja, a parte física onde a escrita fora assentada em seu processo de evolução e os instrumentos utilizados para tal, serão apresentados dentro de seus contextos. Estes suportes são de fundamental importância para a evolução da escrita, inclusive poderíamos fazer um estudo apenas de sua evolução, porém teria um caráter muito técnico o que se distanciaria do objetivo desse trabalho. Ademais, entendemos que é muito mais proveitoso contextualizarmos os materiais utilizados como suporte nas sociedades que utilizaram cada um deles.

Quanto ao segundo capítulo traremos as contribuições de Ana Teberosky e Emília Ferreiro em *Psicogênese da Língua Escrita* (1991). Neste capítulo pretendemos contrastar as conclusões das autoras a respeito do desenvolvimento da escrita em um grupo de crianças pesquisadas e a história das etapas anteriormente visitadas. Buscaremos refletir sobre a aproximação ou afastamento de ambos entre si. No terceiro e último traremos nossas conclusões.

CAPÍTULO 1

1.1. Desenhos pré-históricos: embriões da expressão /comunicação.

Expressão e comunicação são duas características inerentes a todos os seres vivos, independentemente do grau de consciência, todos, indistintamente, estão no mundo compondo-o e se relacionando. Mas somente o homem é capaz de produzir significados, de forma consciente e intencional, porque pode se distanciar do determinismo puramente biológico (Azenha, 2006, p.30). A maior consequência disto é a criação da linguagem enquanto convenção. A linguagem é, portanto, o resultado da necessidade de interação que, por sua vez, surge a partir do momento que um indivíduo reconhece o outro e desenvolve cultura. Borba (1991) esclarece que:

A linguagem é o mais eficiente instrumento de ação e interação social de que o homem dispõe. Por meio dela ele se constitui enquanto sujeito uma vez que ela fundamenta o conceito de ego. Mas a consciência do eu só é experimentada por contraste. Só emprego *eu* quando me dirijo a alguém. Logo *eu* pressupõe um *tu*. Essa condição da linguagem constitui a essência mesma da atividade verbal – a comunicação. (Borba, 1991, p.2)

Outro fator a ser considerado para o desenvolvimento de linguagem é a constituição da função simbólica. Oliveira (1992, p.20) se apóia em Cassirer (1977) para afirmar que o homem aprendeu lentamente a fazer analogias a partir de símbolos que têm um valor funcional, ou seja, que funcione como se fosse o objeto a ser representado. No caso da linguagem, são criados sistemas que aludem ao mundo real ou imaginário.

Apesar de comunicar e expressar serem necessidades que se reclamam, nem sempre foi assim; as primeiras tentativas de expressão dos homens primitivos, não tinham uma função de comunicar, pelo menos, não intencionalmente. Duarte Júnior (1996, p. 47) diz ser bastante possível expressão sem comunicação, mesmo que a finalidade da interação, seja comunicar. O autor adverte que quando a comunicação se efetiva, houve, necessariamente, expressão. Sem se dar conta, o homem

primitivo¹ desenvolveu uma forma de representação que não apenas copiava a realidade, mas, também, possibilitava-o externar o que lhe ocorria internamente em nível mental: as lembranças do seu cotidiano, envolto no instinto de sobrevivência, a busca pelo alimento e proteção para os perigos naturais.

Podemos concluir que comunicação e expressão são imprescindíveis para constituição do sujeito, além disso, suas especificidades identificam os nichos socioculturais em que os grupos estão inseridos. Para que haja interação entre ambas, o homem também cria sistemas de expressão/ comunicação: as pinturas nas cavernas, a fala, as línguas, a escrita são exemplos de sistemas de representação que têm o fim de comunicar, logo, expressam.

Barbosa (1994, p. 34) diz que os sistemas citados, desenho e escrita, têm um tronco comum que é a representação gráfica. Quando o homem percebeu que podia transmitir idéias e fatos, ele passou a usar os desenhos com esse intuito, para tanto, o outro, a quem a mensagem se destinava, precisava comungar dos mesmos significados comunicados, isto é, compartilhar do mesmo sistema de representação. Tempos mais tarde, o homem, mais desenvolvido, conseguiu expressar uma frase inteira, através de um sinal ou grupo de sinais (Higounet, 2003, p.13). Seguindo a evolução, os homens decompueram a frase em palavras, expressando-as ainda através de sinais. Por fim, desenvolveram sistemas para tentar representar idéias expressas verbalmente. A relação instaurada é considerada pelos antropólogos “salto fonêmico”, isto é, a possibilidade de expressar o som através da representação gráfica (Kelvin McGarry, 1999, p.213). Vimos nos estudos realizados que para haver tal avanço, os homens passaram a compartilhar tanto dos sistemas utilizados quanto dos significados vinculados a estes sistemas.

Encontramos em Février (1937), através de Higounet (2003), um resumo dessas condições que elegemos como o conceito de escrita que permeia este trabalho:

Para que haja escrita, é preciso inicialmente um conjunto de sinais que possuam um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizada e em seguida é

¹ O termo primitivo aqui, como em todo o texto, quando estiver modificando o termo homem, refere-se a primeiro, aos primeiros homens que tentaram expressar idéias em suporte.

preciso que esses sinais permitam gravar e reproduzir uma frase falada (Février, 1959 *apud* Higounet, 2003, p.11)

Higounet (2003) acrescenta que a aquisição deste simbolismo e esquematismo é mais ou menos lenta, incrementa-se de acordo com a língua e as concepções dos homens. Estas resultam das relações sociais e da interação com os objetos do mundo. Tais condições do desenvolvimento da escrita configuram, portanto, a mentalidade das sociedades onde são operadas. Atualmente, como espectadores de um desenvolvimento já ocorrido,, podemos ser impelidos a atribuir um fatalismo nas etapas da evolução da escrita (de uma forma ou de outra teríamos os resultados que temos hoje), desde os pictogramas à criação do alfabeto, bem como sua relação com a linguagem falada. Essa primeira impressão não corresponde à realidade. As fases da escrita aqui considerada se desenvolveram em um processo dinâmico, diretamente relacionado com os interesses e aspectos: social, econômico, político, religioso geográfico e tecnológico. Assim, podemos dizer que “a evolução da escrita não se [deu] em linha reta, não [foi] movida pela inevitabilidade, mas pela História (Barbosa, 1994, p. 37)”.

1.2. O sistema de representação em função do aspecto a ser representado

Para compreendermos a evolução da escrita não é o bastante observar a lógica interna dos sistemas de representação, se partem do elemento do mundo (ideográfico) ou do nome que lhes atribuímos (fonográfico), os suportes materiais e as questões socioculturais e econômicas. Há de se considerar o que se quer representar e até onde o sistema desenvolvido permitia avançar na representação. Higounet (2003, p.11) diz que na evolução da escrita, das primeiras tentativas primitivas até o sistema alfabético, são considerados três grandes períodos, distintos pelas características da representação: 1) sintético; 2) analítico e 3) alfabético. Em cada um destes sistemas, houve uma evolução nos caracteres em uso para atender às necessidades de comunicação e expressão. A frase falada, à qual Higounet (2003) se refere quando conceitua escrita, foi a primeira delimitação da idéia, síntese do que se queria dizer, primeira delimitação a ser comunicada. Os sistemas ao tentarem representá-la seguiram um desmembramento que atendeu, a fatores históricos: conquistas territoriais, mensuração de bens, interesses comerciais e às características da língua que notava. Vejamos o que diz Barbosa (1994):

Sabemos que a escrita passa [por formas de representação] logografia, silabografia e alfabetografia² nessa ordem e não em outra uma escrita não pode ser [apresentada] inicialmente silábica ou alfabética a menos que tome emprestado, direta ou indiretamente um sistema que já tenha passado por todas as etapas. (Barbosa, 1994, p.37)

Além destes critérios a serem observados na evolução da escrita, é imprescindível compreender que os sistemas de escrita são sistema de signos e como tal, representam o objeto ou a fala de forma não análoga. Para compreendermos melhor esta afirmação, lembremo-nos da revolução conceitual provocada tempos mais tarde por Saussure (1972, p. 80), a respeito da natureza do signo lingüístico (a palavra). Este teórico afirma que o signo é formado por duas contrapartidas que se unem de forma arbitrária (de forma convencionada e não naturalmente), e que a linguagem humana se estabelece através destes signos lingüísticos. Ou seja, a relação existente entre a idéia, da coisa do mundo (conceito) – o significado – e o som – significante – é convencional, não existindo nada entre eles que os façam se remeter um ao outro. A importância disto para a evolução da escrita, é que a arbitrariedade percebida no signo se instaura também na escrita, principalmente para os povos onde a escrita busca representar a fala. Desta forma, a escrita sintética, primeiro caráter de representação do sistema de escrita, passa a ser notada através do sistema ideográfico, parte do significado, (conceito real ou imaginário da coisa), e a representa fielmente à sua natureza, como se encontra no mundo, guardando em si as formas físicas apreendidas do objeto.

Encontramos os primeiros embriões destas representações com o homem pré-histórico, ele desenvolveu o emprego de ícones, através deles a escrita desenha objetos existentes no mundo (Massini-Cagliari, 1993, p.25). São figuras que contêm parte ou substância análoga do ser concreto, do mundo real utilizados na representação da idéia. Higounet, (2003), aponta os desenhos que tinham como suporte as grutas das épocas *Aurignaciana e Madaleniana*³, nelas podem ser vista representações de animais atingidos por flechas, marcados por manchas de sangue. É ainda Higounet (2003, p.12) que nos auxilia quando diz: “tais desenhos possuíam em germe, senão uma idéia, ao menos um desejo de exprimir algo que se

² Os termos se referem à palavra, sílaba e letras nesta ordem.

³ Estas épocas tratam-se de períodos históricos da humanidade.

assemelha com a escrita”. Outro exemplo dado por esse autor, são incisões em pedra, os *petróglifos*, inscrições rupestres que podem ser considerados como o despertar da arte nas selvas. Podem também ser vistos como os primeiros ensaios artísticos do homem primitivo encontrados da Europa às ilhas do pacífico. Para quem somente expressava idéias, pouco importava o nível de detalhamento, o animal desenhado poderia ser uma imagem mental representando uma antiga caça, ou ainda o desejo que aquela imagem se tornasse concreta.

O homem primitivo ainda não tinha desenvolvido conscientemente o intuito de comunicar, por isso não houve em si grandes dificuldades além, certamente, das físicas: corte em pedras, diferenciar cores. Estas, porém, podem ser mais específicas no que tange à escrita, se observarmos toda a trajetória que resultou na criação do atual sistema de escrita alfabética e, principalmente, seu estágio mais elementar: “um sinal ou um grupo deles que servi[sse] para sugerir uma frase inteira ou as idéias contidas numa frase”. (Higounet, 2003, p.13)

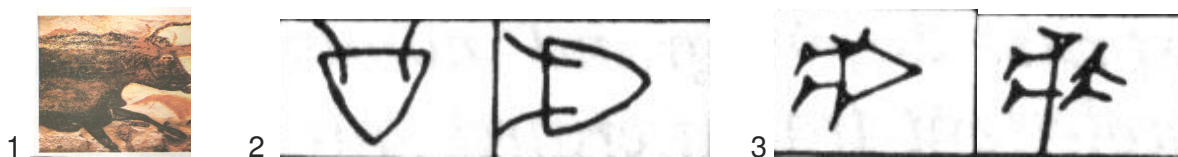
Visto por esse ângulo, podemos nos apoiar nesse autor, quando ele percebe uma grande dificuldade na própria mentalidade do homem primitivo, para desenvolver um sistema de representação que, além de ser notado em suportes, pois esta condição já havia sido atendida através das pinturas rupestres, também permitisse extrair uma significação mais fiel do que se queria comunicar. Higounet (2003, p.13) afirma que “a limitação mental do homem pré-histórico não lhe permitiu decompor o pensamento em frase o que postula a representação gráfica, para além da sucessão de idéias” tal como concebemos tanto na linguagem oral quanto na escrita. Saussure (1972, p. 130) esclarece este aspecto quando diz que “o pensamento é uma massa amorfa (sem forma) e indistinta, que seria como uma nebulosa onde nada está delimitado e somente através de um signo e da linguagem podemos distinguir duas idéias de modo claro e constante”. Exclusivamente neste aspecto, o que impediu o homem primitivo pormenorizar seu pensamento, foi, além das condições socioculturais da época, a falta de um sistema de signo que o permitisse refletir sobre seu pensamento. Podemos também acrescentar que tais condições só poderiam avançar, a partir da interação deste homem com seu meio, o que lhe facultaria a criação de elementos a serem expressos e comunicados. Somente desta forma ele sentiria necessidade de formas e meios de comunicação mais fidedignos à mensagem a ser comunicada.

A pormenorização da mensagem elucida uma grande questão, que é a fronteira entre o desenho e a escrita propriamente dita. Se os objetos do mundo eram apreendidos no seu aspecto concreto, sem a interferência de uma linguagem escrita, esta apreensão era mais fiel possível ao conceito, ao significado. Apesar de a escrita e de o desenho terem um tronco comum, pormenorizar o que se queria representar com o auxílio de uma linguagem, os distingue definitivamente. O homem primitivo de fato não avançou nesse aspecto, mas deu grande contribuição na expressão de idéias através de figuras.

Para avançar no processo também de comunicação, a humanidade manteve o caráter sintético, representação da idéia, e seguiu rumo a sistemas de representação que detalhassem cada vez mais a mensagem, o que provocou a utilização do caráter analítico, um sinal para representar uma palavra (Higounet, 2003, p. 13). Ao desenvolver um sistema analítico, o nível de precisão da comunicação aumentou ao passo que distanciou significante e o significado, ou seja, distanciou-se a coisa a ser representada e os símbolos utilizados na representação.

Comparemos as figuras abaixo. Como já falamos, na pintura rupestre é o animal visto, apreendido pelo sentido ou psiquicamente que é desenhado. Quanto às outras figuras, já estilizadas, encontradas em Uruk e Kish, cidades mesopotâmicas, hoje áreas arqueológicas, guardam a aparência física do elemento a ser representado, no entanto, não como no primeiro desenho. Tais representações estão em um estágio semipictográfico, pois deixavam transparecer ainda o objeto representado (Higounet, 2003, p.30-31). Nas duas últimas representações percebemos maior distanciamento entre a coisa e seu representante, a evolução nos achados é testemunho do início da arbitrariedade entre o significado e o significante, agora impresso.

Evolução da escrita cuneiforme.

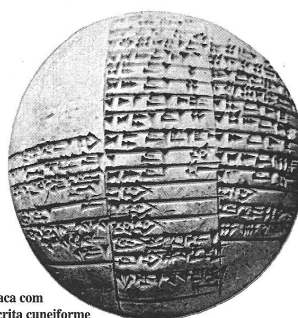


1. Fonte: Gilberto Cotrim (1997) Cabeça de mamute, pintura rupestre

2. Fonte: Higounet (2003) a) warka b) Djemder Nasr

3. Fonte: Higounet (2003) Cuneiforme: a) Primitivo b) Clássico

Como vimos, o homem primitivo iniciou uma maneira de expressar. Foram os antigos sumérios que desenvolveram certa padronização nos símbolos para representar a idéia. Mas somente por volta de 3.100 a.C., esta civilização desenvolveu um sistema que é considerado o mais antigo, que conhecemos por meio de documentos. A forma de representar é denominada de cuneiforme, em função aspecto de cunha do traçado. (Higounet, 2003, p. 29). O *status* de escrita desta representação é devido a duas características eleitas para ser denominada como tal: o sentido estabelecido de antemão e a possibilidade de gravar os símbolos em suportes físicos.



Placa com escrita cuneiforme

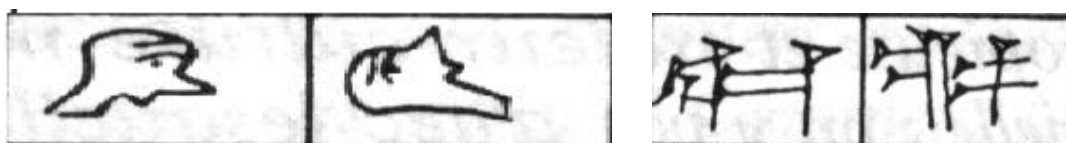
Fonte: Gilberto Cotrim (1997)

Entre as representações encontradas pelos arqueólogos nas cidades mesopotâmicas, percebemos uma leve mudança na posição dos símbolos e uma discreta reutilização dos traços. Esta modificação aparentemente simples foi provocada pelo tamanho do suporte. Os Sumérios habitaram a Mesopotâmia, onde hoje está situado o Irã e o Iraque. Devido à abundância de água, a escrita desenvolvida por essa civilização era feita em pequenos tabletes de barro. Com o

tempo, surge também em madeira, metal e nos monumentos. (Cagliari, 1999, p. 164)

A escrita surge por necessidade de registro de textos religiosos, literários, normas jurídicas e principalmente contábeis. A complexidade social reclamava uma extensão da memória humana, por isso o critério da gravação. Foi exatamente esse aspecto que fez o sistema semipictográfico dos sítios arqueológicos avançar para escrita cuneiforme. No primeiro sistema existem muitas linhas arredondadas, no segundo surge uma estilização de linhas retas, formando ângulos retos, questão que contempla o aspecto prático e material. Os Sumérios faziam seus traçados em argila. Para que os traçados não deformassem após o cozimento, foi necessário fazer traços retos, sem curvas; a posição e o tamanho do suporte também contribuíram para transformações. (Higounet, 2003, p.3)

Cabeça



Warka

Djemdet

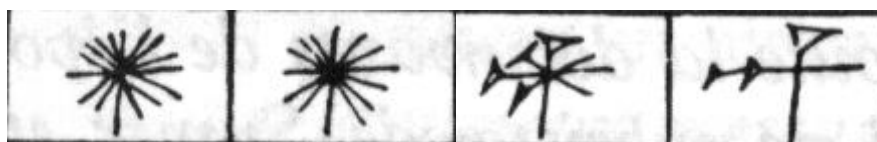
Cuneiforme: Primitivo e Clássico

Fonte: Higounet (2003)

Por mais que o fator mnemônico (memória) reclamasse uma padronização, a questão material afetou sobremaneira, impulsionou uma drástica mudança entre os primeiros achados e o sistema pictográfico. Notamos nos primeiros, tanto em Warka quanto Djemdet, a coisa representada, claramente denunciada, existe entre ambas uma mudança de direção e sentido, também por uma necessidade física: manter a mão obliquamente nas tabuletas de tamanho reduzido permitiu o traçado vertical e a disposição de alto a baixo. Mas com as tabuletas maiores, uma espécie de escribas da época teve que inclinar em ângulos retos os desenhos, tornando a direção da escrita horizontal e em linha reta da esquerda para direita (Higounet, 2003, p.31). Porém, desses primeiros achados para a escrita cuneiforme, a mudança é bastante radical. A maior consequência da transformação percebida não é simplesmente a perda das curvas e a retilização dos traços.

Certamente, para o grupo de escritores que fez as modificações, e presenciou as transformações, o que era representado de determinada forma, passa a ser de outro, sem grandes problemas. Tomemos como exemplo as figuras abaixo, cada uma delas quer representar o sol ou o céu, poderia ser utilizado também para representar deus. A idéia de raios, de algo que emana, nos primeiros está bem definida, é aparência que a coisa tem no real ou imaginário daquela civilização, a terceira representação ainda guarda esse aspecto, com exceção dos triângulos nas pontas. Agora comparemos com a quarta representação destes elementos, não existe aparentemente nenhum motivo para que esses “pregos” tenham sido enfileirados à esquerda, desaparecendo os dispostos obliquamente.

Astro, céu ou deus.



Warka

Djemdet

Cuneiforme primitivo

Cuneiforme Clássico

I

II

III

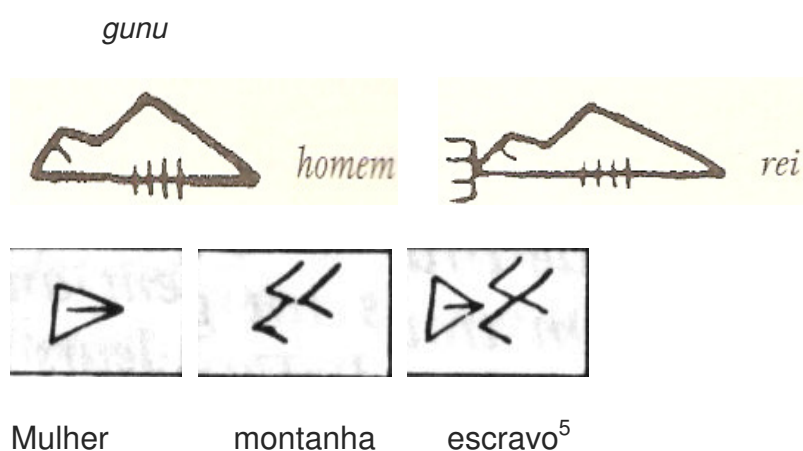
IV

Fonte: Higounet (2003)

A necessidade da modificação surgiu na própria civilização e quem escrevia, talvez meia dúzia de pessoas, conhecia o porquê da mudança. Assim, “a alteração percebida faz o sistema, que antes representava a idéia, evoluir para a escrita analítica escritas de palavras” (Higounet, 2003, p.30). A escrita analítica⁴ caracteriza-se pela contrapartida um a um, isto quer dizer cada símbolo quer representar uma palavra, na escrita anterior uma figura representava a idéia sinteticamente, nessa atual forma de representação, Higounet (2003, p.13) pontua que um progresso imensurável ocorreu com a decomposição da frase em palavras. O autor afirma ainda, que deve ter sido muito difícil passar de um estágio a outro; segundo ele, é muito difícil isolar a palavra dentro da frase e atesta: “(...) foi exatamente nesse estágio que a escrita nasceu.”(Higounet, 2003, p.14)

⁴ Conhecida como *Wortschrift*. Escrita de palavras (Higounet, 2003, p.14)

Até esse momento, a escrita tinha uma relação direta com a coisa a ser representada, a semelhança somente se distancia como foi já visto, por questões práticas: dar maior agilidade, manter o que foi escrito, não deformar as marcas após cozimento. Com o tempo, ainda dentro desse último sistema, ocorreu uma evolução deflagrada por questões mnemônicas. As idéias por se tornarem complexas, terminaram por aumentar o número de símbolos, constituindo um problema: lembrar a imensa diversidade de símbolos. Surge então, a primeira evolução interna do sistema cuneiforme instigada pelo desafio de notar frases complexas sem multiplicar demasiadamente os sinais, temos, então, o *gunu* e o *agregado lógico* (Higounet, 2003, p. 32). Este autor se refere às junções de sinais já existentes para expressar uma idéia nova. Vejamos como funcionava. No primeiro caso, são colocados traços suplementares na figura que representa um homem para enunciar nova idéia, a de rei. Certamente os traços queriam representar uma coroa. Temos um agregado lógico: dois sinais já estabelecidos separadamente são reunidos para expressar uma terceira idéia. (Higounet, 2003, p. 33)

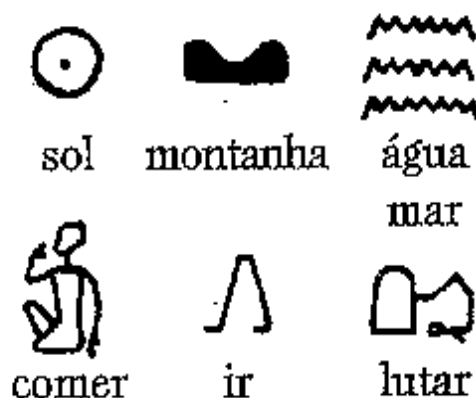


Fonte: Higounet (2003)

A escrita cuneiforme teve grande disseminação em todo mundo oriental antigo, isso aconteceu, porque os povos que habitaram aquela região babilônios, séculos XX e XVIII a. C, assírios, IX-VII a. C fizeram muitas conquistas territoriais. Assim, a escrita cuneiforme serviu à diplomacia internacional e alcançou o Egito. A Paleografia encontrou rudimentos dessa escrita numa correspondência entre os faraós e os reis babilônicos. (Higounet, 2003, p. 35)

⁵ Este ideograma aponta o costume desta sociedade, as mulheres tomadas como escravas geralmente eram levadas para as montanhas. (Ferreiro e Teberosky 1991)

O autor nos fala de duas características da escrita egípcia que por um lado nos faculta relacioná-la com a escrita desenvolvida pelos sumérios. Porém, mais que o sistema sumério, a escrita egípcia manteve o uso de “sinais simbólicos falantes e vivos” (Higounet, 2003, p. 38). Noutros termos, a escrita egípcia denunciava a coisa e muitas vezes a ação. Higounet traz o termo ideografia para denominar tais sinais. Nestes, diferentemente dos pictogramas, há certa mobilidade na representação como podemos atestar nas figuras: comer, ir e lutar abaixo.



Fonte: Higounet (2003) Hieróglifos

Por outro lado, a escrita dos faraós tentava notar uma língua mais extensa, devido a sua aproximação estrutural do grupo de línguas semíticas. Nesta última civilização, a escrita também se caracterizava como escrita de palavra, mas devido à característica de sua língua, mais extensa em relação à que queria notar o sistema semítico, foi possível sua decomposição em elementos fonéticos (Higounet, 2003, p.38) representados simbolicamente pelos logogramas. (Kato,1999, p.20)

Nas civilizações Suméria e Egípcia, vimos a arbitrariedade se instaurar no sistema de escrita, na primeira em função de questões materiais e de suporte, na segunda a arbitrariedade se instaura em função da estrutura língua.

Massini-Cagliari (1999, p.23) diz que ainda hoje utilizamos o sistema ideográfico, ora para representar uma idéia por convenção, no caso dos números, placas de trânsito, avisos em banheiro; ora para representar sons, no caso dos

logogramas. Nesses exemplos, a mensagem é capitada através do conceito, portanto intuída psiquicamente a partir da representação.



Fonte: www.revistamacau.com/rm.asp

Barbosa (2004, p.37) corrobora com a opinião de Massini-Cagliari e diz que a China há milênios mantém esses sistemas, pois atende às questões socioculturais dessa sociedade. O exemplo trazido também desmistifica a fatalidade do sistema alfabético. Nas palavras de Barbosa:

A China (...) por sua posição geográfica, sem influência de invasões estrangeiras seguiu sem curso durante milênios e não possui um sistema alfabético. Por séculos provavelmente sua escrita atendeu perfeitamente às necessidades da elite burocrática, embora tenha se mantido inacessível a 90% da população. (Barbosa, 2003, p. 37)

Além das questões sociais e geográficas, a língua que o sistema chinês nota contribui para a manutenção deste sistema. Preferimos não aprofundar por enquanto o imperativo da língua sobre as formas de representação escrita, faremos isso mais adiante quando relacionarmos o som da fala com a escrita. Por ora, é suficiente percebermos que a frase foi analisada em partes menores e os sistemas, por sua vez, tiveram, também, tal análise.

Kato (1999, p.14) contribui com exemplos de ideogramas bastante interessantes que unem reutilização dos sinais e agregado lógico, presentes na escrita chinesa. Tais sinais, diz Gelb (1972) através de Ferreiro e Teberosky (1991, p255), são utilizados quando se quer representar algo mais abstrato, um verbo, por exemplo, e os ideogramas agregados não satisfazem. Um símbolo que representa uma pessoa quando colocado próximo da representação de uma árvore, expressa a idéia descansar. Este símbolo sofreu uma estilização tão profunda que não mais se reconhece a coisa representada.



Evolução do ideograma PESSOA rumo à estilização

Fonte: www.revistamacau.com/rm.asp



Fonte: Kato (1999)

Baseamo-nos nestes últimos autores e afirmamos que o sistema pictográfico evoluiu para ideográfico e Mary Kato, (1999, p. 14) acrescenta que essa última representação propicia um *status* lingüístico e uma representação fonética, através dos logogramas. Vejamos, ainda Gelb (1962) através de Kato (1999):


(...) a fonetização da escrita começa com o logograma. Em alguns sistemas, para desfazer ambigüidade de logogramas mais complexos, acrescentam-se elementos com valor exclusivamente de sílaba ao símbolo inicial. (Gelb, 1962 *in* Kato, 1999, p.114)

A estilização que no ideograma é fruto de padronização dos símbolos facultada à convenção dos mesmos, tanto para o elemento em si quanto para uma característica que este possua, podendo ser suscitada, sem a substância que contém, a adjetivação. Novamente Kato (1999) nos auxilia:

Durante o processo de convencionalização, os logogramas passaram a representar também idéias associadas aos objetos primitivamente representados pelos pictogramas. Assim, se um logograma representava inicialmente o conceito de 'sol', pode depois ter passado a representar o conceito brilhar. (Kato, 1999, p.14)

Por tudo isso, concluímos que a arbitrariedade entre a coisa/ idéia/ conceito, enfim, o significado e o símbolo que buscava representá-lo, ou seja, o significante, surge sob uma analogia pouco substancial. Porém, a arbitrariedade aqui não se confunde com uma sucessão de modificações sem sentido, ao acaso, cada situação nova teve algo que a impulsionou, ao mesmo tempo em que se determinou uma

forma, maneira dos elementos do sistema se relacionarem, condição imprescindível na constituição dos sistemas de escrita como hoje conhecemos.

Como vimos, ainda no sistema pictográfico foram criados artifícios para expressar idéias novas e a complexidade do que deveria ser comunicado. Porém, é em uma nova maneira de utilizar o sistema ideográfico e o concurso do logograma que se dá uma revolução rumo à tentativa de representar fala. Dentro desse sistema foi desenvolvido o Rébus do latim RES “coisa”. RÉBUS é igual a “pelas coisas” Massini-Cagliari (1999, p. 25). Com ele será encontrada a terceira vertente que esse trabalho considera para contar a história da escrita: como a humanidade passou a representar os sons e a arbitrariedade característica da relação entre som/letra. Para compreendermos esse fenômeno, é importante retomar o que estamos dizendo desde início. A escrita, compreendendo agora o que vai ser comunicado e o sistema escolhido, sofreu análises para chegar ao que hoje conhecemos. Foi exatamente o que ocorreu com a segunda inovação do ideograma representado pelo rébus (Kato 1999, p. 15). Podemos compreender este fenômeno por analogia com uma brincadeira infantil. Juntam-se duas ou mais figuras, daí extrai-se o som de uma terceira coisa que não está representado. Vejamos: ☺ +  compõem a palavra CARAVELA. Kato (1999, p.15) diz que para que isso fosse possível, as palavras deveriam ser “esvaziadas” de sua semântica, o leitor deveria se fixar apenas nas propriedades fonéticas.

No caso da evolução da escrita, ao se retirar a contrapartida material, o objeto, que a figura isoladamente tentava representar antes, percebeu-se que a palavra era composta por pedaços. Eis a grande descoberta, a sílaba, em outras palavras, a escrita silábica (Kato, 1999, p. 15). A autora acrescenta que apesar dessa descoberta, a sílaba ficou muito tempo vista apenas um como recurso, também porque a partição da palavra não era necessariamente na sílaba, como mostramos no exemplo, e diz que os sistemas pictográficos que se desenvolveram em escrita logográfico-silábica, são: os sumérios (escrita cuneiforme), o egípcio e o hitita (hieróglifos) e o chinês.

Assim, em toda evolução da escrita, muitas vezes revoluções, a partir dos pictogramas, existiu uma representação da representação, ou seja, uma

metarepresentação⁶ até se chegar ao alfabeto como hoje conhecemos. Até chegar ao auge que esse trabalho considera o sistema alfabético e o alfabeto, a escrita passou a ser completamente alheia à fala, estabelecida definitivamente a arbitrariedade, ou seja, nada existe nas letras que as remetam ao som da fala além de uma convenção, enfim, da combinação social.

O rébus, enquanto um artifício da escrita, coloca a humanidade a um passo de tomar consciência que a linguagem falada pode ser segmentada em unidades distintas (Nascimento, 2004, p. 01). Ao falarmos, unimos fonemas, sílabas, palavras até chegar à organização frasal e então comunicamos. A importância disso, é que o curso percebido na história da escrita, por isso optamos em segui-lo, é inverso ao, da fala. Naquela partimos do menor para o maior, nesta do maior para o menor; por isso afirmamos que a fase da escrita, dos pictogramas ao alfabeto, sofreu uma pormenorização que a decompôs em partes menores, o que veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

³ Estamos utilizando este termo em analogia à metalinguagem quando a linguagem é utilizada para explicar a própria linguagem, NASCIMENTO 2004. No caso aqui, novos símbolos foram desenvolvidos para representar alguns já existentes, mas não simplesmente substituindo, pois os anteriores permaneceram. As representações das representações surgem a partir de uma lógica, antes não apreendida.

Capítulo 2

2.1. A fala: um elemento substituto

Sabemos que a fala surge na humanidade antes da escrita, portanto ambas têm uma implicação em nível inconsciente, porém a análise dos sistemas escrita em elementos fônicos poderia não ter ocorrido, como não ocorreu na escrita chinesa. Queremos com isso marcar um divisor de águas na relação fala e escrita. Até essa fase da evolução da escrita, essas duas forma de representar a língua, estavam implicadas, mas sempre mediadas pelo objeto. A partir da tomada de consciências pela humanidade da estrutura da fala, a evolução da escrita tende a representá-la sem a mediação do objeto real ou imaginário.

A substituição do objeto pela fala ocorreu lentamente e teve início, como vimos no capítulo anterior, com o “esvaziamento” de sentido das figuras a partir do *rebus*. Com ele foi necessário ressignificar o som, não mais permitir que a contrapartida mental se apresentasse. Retomemos o exemplo de CARA (figura de uma carinha) –VELA (o objeto que acendemos). Ao falarmos a primeira palavra, a união com o segundo elemento deve ser muito rápida, logo a junção CARA+VELA proporciona nova contrapartida, CARAVELA. Em seguida, perceberemos como a humanidade descobre C+R e por fim, C+A+R+A e elege símbolos (letras) como contrapartidas completamente alheias ao som que tentam representar, surge a escrita alfabética que precede às letras que alude (Cagliari, 1999, p. 165). Como vimos, a ideografia registrava a linguagem a partir da idéia/conceito, o Rébus é um recurso que desperta para uma outra possibilidade, de notar a linguagem a partir dos sons, a fonografia. (Massini-Cagliari, 1995, p.25)

Dos sistemas pictográficos que evoluíram para logográfico-silábicas a cuneiforme, a hieroglífica e a escrita chinesa, Kato (1999, p. 15) diz que o mais importante para nós é a da civilização egípcia, pois é em seu sistema hieroglífico que está a base da escrita alfabética. O elo mais seguro da pré-história do alfabeto é a escrita pseudo-hieroglífica das inscrições de Biblos, descobertas por M. Dunaud,

difundida por E. Dhome (Higounet, 2003, p. 60). Portanto, é sobre ela que debruçaremos para contar como a humanidade evoluiu do rébus para as sílabas e dessas para as letras. Em outras palavras, como conseguimos representar essas unidades fonêmicas através de símbolos historicamente constituídos. Antes, cada pictograma tinha o nome da própria palavra que representava, a silabografia, os sons prevalecem sobre os significados na designação dos nomes dos caracteres. (Cagliari, 1999, p166)

Higounet (2003, p. 25) nos diz que na escrita suméria já eram encontrados alguns símbolos representando som, mas é na escrita egípcia que essa forma de representação se torna mais intensa. A escrita hieroglífica é um dos mais importantes sistemas de escrita do mundo antigo. Os hieróglifos eram considerados sinais sagrados: do grego hieros *sagrado*”, e *glyphein*, “gravar” que os egípcios consideravam a fala dos deuses. Esta civilização também utilizou o rébus a partir de ideograma para alcançar a fonetização (Higounet, 2003, p. 40). Mas a base do sistema foi preservada. Esse mesmo autor esclarece:

Os ideogramas que representam coisas concretas (som, montanha, água) ações (comer, ir, combater) ou abstrações (o sul, velhice) foram vigorosamente defendidos da decomposição em elementos fonéticos e permaneceram como a base do sistema. (Higounet, 2003, p.40)

Estes são chamados de determinativos pelo autor, isto porque tinham a função de concretizar o sentido de outros ideogramas que representavam palavras escritas foneticamente. Higounet fornece um exemplo, um “cartucho” colocado ao lado de um nome indica o nome de um rei. Lembremos que Gelb (1976), através de Ferreiro e Teberosky (1991, p. 218), diz que as representações de nomes próprios ou de termos mais abstratos são os logogramas, devido à falta de alusão figurativa como pode ser facilmente encontrado com os ideogramas ou junções destes.

Os sinais na civilização egípcia eram geralmente gravados em pedra ou à tinta em sarcófagos de madeira ou papiro, sua aparência era mais simples que a dos sumérios e chineses. Porém, quanto à organização interna, os sinais ora representavam o som, ora a palavra, sua disposição no suporte era linear alternada em uma linha da esquerda para direita, na linha seguinte da direita para esquerda,

por isso foi denominada bustrofédica, caminho que o lavrador e o boi percorrem na aragem. (Cagliari,1999, p. 167)

A língua que essa escrita notava, tinha uma origem semítica, sua estrutura era formada por poucos sons vocálicos, representados hoje pelas letras A, I e U podendo, portanto, ser deduzidas dentro do contexto. Antes de prosseguirmos, atentemos para a explicação de Massini-Cagliari (1999, p. 27). Se tomássemos o português como base, usaríamos um símbolo para cada sílaba independente do número de letras, esta autora diz que para cada som, um símbolo seria criado: para BRA, BA, enfim, teríamos um silabário e poderíamos escrever tudo, bastando apenas decorar o desenho e o som que quiséssemos representar. Observemos a ilustração, o quadro abaixo, também utilizado em brincadeiras infantis que nos fornece uma pálida idéia de como o sistema silábico semítico funcionava.

□	BA	✧	BO
○	CA	◆	BE
★	DE	⊕	LA
⊙	GA	⚡	MO
⊗	MA	∩	GO
↑	LO	↓	DA

Fonte: Cagliari e Massini-Cagliari, 1999.

A autora prossegue dizendo que muitos povos ainda utilizam esse tipo de escrita inclusive a japonesa (Massini-Cagliari, 1999, p. 28). Quanto à escrita consonantal, aplicada com sucesso para as línguas semíticas, devido ao reduzido número de vogais, não funcionaria muito com o nosso sistema; é ainda Massini-Cagliari quem diz:

(...) o português (...) possui muitas vogais (sete – a,e,é,i, o,ó,u),[portanto esse tipo de escrita] (...) geraria muita dúvida a respeito de qual palavra estaria realmente sendo representada, além disso ficaria a dificuldade de como escrever monossílabos compostos unicamente de vogais, como os que existem m nossa língua. (Massini-Cagliari, 1999, p. 28)

A autora fala, obviamente, não das representações que costumamos chamar de vogais (a e i o u); e sim dos sons vocálicos, os que não encontram barreiras línguas-dentais, palatares dentre outras. Estes sim são mais fartos na nossa língua. A acentuação dada por ela, ajuda-nos a compreender a diferença; agora, comparemos esses sons tendo que ser deduzidos mesmo com a representação gráfica das letras, por quem está se alfabetizando PT POTE OU PÔTI; BL BÔLU OU BOLO. Não seria demais imaginar que se existe escrita consonantal, há de existir a vocálica, ou seja, escrever, marcando apenas os sons vocálicos. A negativa tem uma explicação bastante convincente.

Embora existam várias línguas que utilizam o sistema consonantal de escrita, não existe um sistema vocálico de escrita, já que seria quase impossível reconhecer qual teria sido a palavra registrada. Isso porque todas as línguas possuem um número muito menor de vogais do que de consoantes no seu sistema fonológico (Massini-Cagliari, 1999, p. 29). A autora faz um desafio interessante quando propõe a leitura dessas escritas, o que nos ajuda a compreender a escrita silábica, porém a partir do nosso sistema alfabético. Tentemos ler as escritas abaixo.

a) VC CNSGR NTNDR ST FRS SMNT C S CNSNTS?

b) OÊ OEUIIA EEE EA AE OEE O A OOAEE?

Nos dois casos está escrito a frase: VOCÊ CONSEGUIRIA ENTENDER ESTA FRASE SOMENTE COM AS CONSOANTES? Porém, na primeira utilizamos somente consoantes, enquanto na segunda, aparecem só vogais. Isto nos esclarece que em sons consonantais existem sons vocálicos implícitos e que a depender da abundância destes últimos sons na língua que está sendo notada, precisam ser grafados para evitar confusões na leitura. Continuemos a trajetória histórica da escrita depois das explicações acima.

Na língua semítica, aparentemente, o problema estava resolvido. Do ponto de vista destas línguas tinha-se chegado a dois sistemas: por um lado, o sistema da escrita egípcia, utilizados no nordeste da África, de forma gráfica mais fácil. Por outro, as vantagens funcionais do silabário cuneiforme que tinha um reduzido número de símbolos, pois há muito tempo este povo já havia abandonado o sistema ideográfico com determinativos e adotado a praticidade da notação das sílabas

(Cagliari, 1999, p. 168). Daí, os fenícios tiveram a maravilhosa idéia de unir os sistemas. Surge uma escrita de línguas oriundas de onde hoje conhecemos como Oriente Médio, com um sistema híbrido, ou seja, misturando os dois sistemas acima citados. Como eram línguas escritas pela primeira vez, foi possível fazer essa junção. A conexão encontrada teve motivação comercial dos Fenícios, segundo Cagliari:

Os fenícios tinham na escrita um instrumento importante de seu trabalho com o comércio ao redor do mediterrâneo. Se, por um lado valia a apenas seguir a cultura dos ricos egípcios, assírios e babilônicos, em casa a nova escrita era mais prática e, portanto, mais útil. (Cagliari, 1999, p.169)

Tomamos conhecimento dessa escrita em 1924, por M. Montet que descobriu as inscrições no túmulo do rei fenício chamado de Ahiiram, localizados em Biblos, na antiga cidade-estado fenícia. São escritas anteriores ao século X a.C. (Higounet, 2003, p.64-65). Essa escrita era composta por vinte e dois sinais consonantais que escreviam qualquer palavra. Várias hipóteses foram levantadas para descobrir a origem da forma material desses símbolos. Estudiosos de escrita antiga, tentando encontrar a origem desta escrita, a princípio, relacionaram-na a hieróglifos simples, uma segunda versão viu a escrita cuneiforme deformada, outra uma evolução dos hieróglifos de Biblos. Mas um último grupo levantou a hipótese de ter sido uma invenção inédita de criar um alfabeto, porque o esforço maior, o de escrever de forma alfabética, já era uma realidade pelo menos em idéia, desde os hieróglifos e da escrita cuneiforme; a notação do som já era uma realidade (Higounet, 2003, p.39).

Entenderemos melhor o que esse autor afirma de forma velada, com o auxílio do conceito de alfabeto e da adjetivação alfabético. Vimos nesse trabalho, que o rébus utilizado na escrita ideográfica e hieroglífica foi um artifício que auxiliou a descoberta de um som menor que uma palavra e emitido de uma só vez; eis a sílaba, até então, menor unidade fonêmica. A citação que segue é extensa, mas vale apenas utilizá-la para definirmos um conceito de alfabético e alfabeto. Não pretendemos questionar, no último caso, a origem latina do termo *alphabetum*, em alusão às letras *alpha* e *beta*. (Higounet, 2003, p. 59). Porém, o embrião destas tem origem na idéia alfabética de origem semítica como veremos adiante:

Nos silabários, os sons prevaleceram sobre os significados na designação dos nomes dos caracteres, ficando os significados num plano secundário. Somente por razões históricas, alguém se lembrava de que o nome de um caractere silábico tinha tido antes um significado próprio, ligado a um pictograma.(...) Se o sistema de escrita precisava representar os sons e não os significados, o melhor tipo de [sistema] não era o silábico uma vez que trazia redundâncias, pois apresentava redundâncias facilmente detectáveis. Assim, se existiam letras do tipo: PA, BA, TA, AS, LA, RA OU PE, BE, TE, SE, LE, RE, etc, era evidente que se podia fazer mais uma simplificação, no modo como a escrita representava a fala, separando o que havia de comum a estes conjuntos de letras e formando novos arranjos no sistema, gerando, então, nova classe de caracteres como: A, E, P, B, T, S, L, R, etc.. Neste caso, o nome das letras perderam o referencial de nome antigo de base ideográfica [perderam a contrapartida figurativa que tinham] ficando reduzidas aos sons monossilábicos que denotavam o valor fonético que as letras representavam. (Cagliari, 1999, p. 166)

Pelo exposto, fica clara a necessidade de mais uma análise da sílaba, o que resultou nos fonemas e na brilhante idéia de representá-las através de figuras. Voltemos um pouco à praticidade dos comerciantes semíticos do então Oriente Médio.

A idéia de fixar o sistema de escrita em uma forma definitiva, com 22 letras apenas, surge bem antes do século XI a.C. Esta forma influenciou várias escritas (árabe, aramaica, hebraica, talmúdica e púnica). Os semitas do Oriente Médio puseram em prática a construção de um sistema que possuísse poucos caracteres e com figuras fáceis de serem desenhadas. Fizeram um rol de palavras, de modo a listar todos os sons, um no início de cada palavra, construíram um inventário de todas as consoantes (Cagliari, 1999, p.169). O autor afirma que esta decisão prova que as línguas semíticas daquela época possuíam apenas palavras que começassem com consoantes e não por sons vocálicos. A primeira palavra da lista era boi que se dizia *alef* e o hieróglifo escolhido era a cabeça de boi. Seguindo a lista, elegeram *Beth* que significava casa e associado ao hieróglifo que representava casa em egípcio. Cagliari adverte que nesta língua, os hieróglifos estavam associados às mesmas idéias, mas não aos mesmos sons: casa em egípcio dizia-se “per” e não “Beth”. Assim:

Feita a tabela com os caracteres, os significados e os nomes estava criado uma forma alfabética. Agora o hieróglifo egípcio que

representava “casa” e que via associado às consoantes PR, passou a ser o caractere que representar apenas o som B de beth a qual passou, por sua vez, a ser o nome da letra, este procedimento se estendeu a todas as palavras do inventário surgindo o alfabeto. (Cagliari, 1999, p.170)

A explicação deste autor nos ajuda a entender a análise lingüística feita pelos fenícios, porém de forma inconsciente, eles tentaram isolar o som, neste caso, os sons consonantais, especulando todos os sons da língua e limitando-os a um elenco com poucos símbolos. A falta de uma grande quantidade de sons vocálicos e a capacidade do aparelho fonador de pronunciar tais sons, sem o som vocálico implícito, o que chamamos de som mudo, facilitaram aos fenícios encontrar o “esqueleto”, ou seja, a forma de expressar apenas as consoantes da língua (Higounet, 2003, p.40). Tal proeza foi conseguida pelos egípcios também através do *rébus*. Essa forma de expressar não se confunde com a forma silábica, porque esta analisa a palavra, o que estamos tratando aqui analisa a sílaba, além disso, a estrutura das línguas são diferentes. No caso das latinas, estas facultaram a análise da sílaba em seus elementos constituintes, devido a abundância de sons vocálicos e o imperativo de sua notação, como veremos a frente com a inovação grega.

Dessa forma, o alfabeto é o conjunto de todos os símbolos de uma língua de forma que cada um deles expresse o menor circuito fônico possível dessa mesma língua, factível de combinações e que não tenha uma contrapartida figurativa senão ele mesmo. Exemplo: quando digo /b/ penso ou escrevo b. Por conseguinte, alfabético é relativo ao alfabeto, que pode ser escrito dessa forma e refere-se a todas as línguas escritas nos moldes alfabéticos.

O que Higounet (2003) quis dizer sobre o ineditismo de criar um alfabeto, pois a base alfabética já existia, referindo-se aos achados de Biblos, foi que a idéia da simplificação foi uma tendência na origem da escrita, mas a configuração que hoje conhecemos e, que citamos no exemplo, faz o som das menores unidades voltar-se a si mesmo. Eis a grande contradição do sistema alfabético: ele é fruto de simplificações históricas, porém a aprendizagem suscitada é bastante complexa. Isto porque as relações constituídas neste processo histórico, ou seja, as *meta-*

*representações*⁷ foram com o tempo esquecidas, restando de um lado o fonema, de outro o símbolo que passou a representá-lo por convenção. Podemos dizer por analogia que restaram dois significantes: a representação sonora e a representação gráfica, quando a primeira pode ser, também, tomada como significado.

2.2. Os gregos (re) inventam o sistema alfabético e criam o alfabeto

Devido à estrutura das línguas semíticas, as vogais não eram grafadas, por isso o rol consonantal satisfazia. Atualmente nas línguas semíticas, as palavras trazem a idéia central na combinação de três letras. Cagliari (1999, p. 167) nos esclarece que KTB em árabe é algo relativo à escrita, idéias diferentes são sinalizadas com o acréscimo de vogais após as consoantes. Como os sons vocálicos são poucos I,U,A, as notações vocálicas são dispensadas, porque podem ser recuperadas, levando-se em conta as palavras que vêm antes e depois. Isto é diferente do que ocorre com a estrutura das línguas de origem anglo-germânicas e neolatinas que têm idéia central marcadas por raiz e idéias semelhantes marcadas por prefixos e sufixos, como: IN+FELIZ+MENTE = INFELIZMENTE. Esta diferença estrutural entre as línguas provocou mudanças no sistema alfabético criado da fusão dos sistemas semítico e egípcio. Desta vez, as inovações surgem dos gregos.

Os gregos adaptaram o sistema fenício para sua língua, iniciam pelo os nomes das letras que passam a ser pronunciadas à moda grega. Assim, *Alef* se transforma em *Alfa* e *Beth* em *beta*. Desta forma criaram um nome composto para o conjunto de letras elencadas no rol fenício, a partir das duas letras iniciais: *Alfa* e *Beta* = *Alfabeto*. Além disso, porque a língua grega possuía mais sons vocálicos que a semítica, as quais não eram facilmente identificadas no contexto da palavra, inovaram, também, colocando consoante e vogal uma ao lado da outra para representar a sílaba. Martins (1997, p.03) se refere também a isso quando fala do princípio alfabético manifesto. Esta inovação reclamada pela natureza da língua grega faz muitos estudiosos atribuírem a invenção do alfabeto a esta última civilização (Cagliari, 1993, p. 163). Cagliari complementa:

⁷ Usamos esse termo em alusão à metalingüística. As várias representações sucessivas, neste caso, a pormenorização sofrida pelos primeiros símbolos que representavam inicialmente a idéia em bloco. Não pensemos em um remontar simples, pois ocorreu par e passo ao desenvolvimento metalingüístico. Muito menos uma linha imaginária que perpassasse todas as civilizações aqui citadas.

Nota-se nessa afirmação uma ênfase nas funções das letras representando os segmentos das representações das sílabas e deixa-se de lado a própria natureza das letras tal como existia na escrita semítica. São duas maneiras de se dizer o que é uma escrita alfabética. (Cagliari, 1999, p. 171)

A história da escrita como optamos em contar, nos deixa claro que a escrita nada tem de casual e, certamente, a intencionalidade percebida nesta gênese tem influência gritante no processo de alfabetização. É o que analisaremos na última seção deste trabalho.

Capítulo 3

3.1. Alfabetização: A história da escrita se repete

Abrimos esta seção refletindo sobre alguns questionamentos que à primeira vista parecem muito óbvios. O que é escrever? Quem sabe escrever? Certamente para respondê-los nos lançaríamos a “ler” os escritos de alguém que quiséssemos testar. Ainda assim, para responder às questões poderíamos focar na relação fonema/grafema, na ortografia, no estilo, a depender do grau de conhecimento de quem escreve e de quem lê. O leitor poderia dispensar, intencionalmente ou não, alguns desses critérios. Estes partem do seguinte princípio: quem escreve tem por finalidade ser lido; logo, escritor e receptor devem comungar do mesmo sistema de representação com sentido estabelecido de antemão, lembrando Higounet (2003, p.11).

O mais elementar de todos os princípios para o nosso sistema é se o escritor sabe relacionar os sons com as letras, porque, como ele não está escrevendo para si mesmo, tampouco criando um sistema novo, quando o leitor ver as letras deve se reportar aos sons que o escritor quis se referir, fazendo a leitura e procurar extrair o sentido do escrito. O que está implícito nesta regra, e muitas vezes nem suspeitamos, é que o ponto de partida que tomamos hoje para definir quem sabe escrever é resultado de um longo processo de construção pela humanidade, que teve sua última mudança substancial sobre a escrita fenícia com a inovação grega, que por sua vez, foi legada aos latinos. Como poderíamos pensar de outra forma?

Entretanto, o grande problema se instaura quando o escritor não compartilha minimamente, as regras estabelecidas no sistema de escrita; pois, nem suspeita das convenções históricas e sociais para o ato de escrever. De um modo mais simples, quando o escritor está iniciando o processo de compreensão do sistema, busca uma coordenação própria, uma ordenação que lhe faça sentido. Vale ressaltar que até mesmo o termo alfabetização utilizado para definir o período dedicado à apropriação do sistema, já exclui qualquer outra forma de escrita que não aquela compartilhada socialmente.

O escritor de quem falamos são crianças e o local de iniciação é a escola. De fato, não podemos pensar em sistema de escrita ou processo de apropriação do sistema excluindo a lógica alfabética e o alfabeto. Isto seria o mesmo que pedir às crianças que num período de um a dois anos percorressem séculos que a humanidade percorreu e com um agravante: chegar ao mesmo lugar que a humanidade chegou!

Isto é definitivamente dispensado, não só pelo absurdo da idéia, mas, também, porque a criança não está ali para criar um novo sistema. As fases da escrita estão de certa forma presentes e a criança buscará uma ordenação de todas ao mesmo tempo. A escrita ideográfica, por exemplo, está presente através dos desenhos, a analítica, relacionada geralmente com os nomes próprios com que a criança convive, do pai, da mãe, do irmão. Porém, entre a primeira e a segunda, a distinção que a escola faz é clara: desenho e escrita e, para esta última, apresentam-lhe as letras, última etapa da “evolução” de quem aprende. Quanto ao suporte, depara-se com o mais adequado possível, o papel e, às vezes, a tela do computador.

A criança presencia eventos socioculturais no tocante ao ato de escrever, acrescentemos, ela chega à escola falando com competência lingüística (oralidade). De certo, concordamos que para ensinar a escrever é desnecessário partirmos dos sistemas que pré-existiram e que deram origem ao sistema alfabético e ao alfabeto, pois nossas crianças estão expostas a um único sistema (Ferreiro e Teberosky, 1991, p. 279) porque, historicamente, a humanidade já fez este esforço.

Dentro da problemática da iniciação à escrita, mas tratando o assunto por outro viés, pode-se, absurdamente, considerar o sujeito da aprendizagem incapaz de fazer inferências sobre o objeto de conhecimento. Ora, concordamos que do ponto de vista da aprendizagem do sistema atual é impossível e dispensável remontar às formas que antecederam o atual sistema. Porém, não podemos desconsiderar, digamos, uma “pré-história”, ou seja, uma pré-aprendizagem do sujeito em relação ao sistema, porque as crianças não precisam de autorizações das instituições para pensar. Portanto, devemos concordar: o sujeito da aprendizagem, o alfabetizando, não criará novo sistema, porque sua atividade será apropriação do que está posto. Contudo, nada impede de levantar hipóteses sobre tal

conhecimento, que busque lógicas próprias, que “reinvente” a escrita para fazer dela um processo de construção efetivo e uma originalidade que nós adultos ignoramos”. (Ferreiro e Teberosky, 1991, p. 281)

Perplexos, então, ficamos quando constatamos que a originalidade infantil remonta as fases que a humanidade passou para criar o sistema alfabético e o alfabeto. Mais ainda, que esta “coincidência” não se limita às fases essenciais, porque certos fatos tardios na evolução individual, também o são na evolução histórica, por exemplo, a adoção de uma orientação constante na escrita. (Ferreiro e Teberosky, 1991, p. 280) Nas palavras das autoras:

Este paralelismo entre história cultural e a psicogênese não deve ser interpretada como uma tentativa de reduzir a primeira à segunda. É certo que a escrita alfabética é a etapa posterior (historicamente falando) da evolução da escrita, e que há 2500 anos, aproximadamente, os princípios da escrita não sofreram reforma alguma. Certamente os alfabetos repartidos por todo o mundo, diferentes que possam parecer no seu aspecto exterior, continuam com todo os princípios estabelecidos pela primeira e última vez na escrita grega. (Gelb, 1976, p. 255. *apud* Ferreiro e Teberosky, 1991, p.276)

Para justificar tal paralelismo, Ferreiro e Teberosky (1991, p. 280) levantam a hipótese “da tomada de consciência das propriedades da linguagem”, porém esclarecem que não é o bastante tê-la, mas, também, refletir sobre ela. De fato, na primeira parte deste trabalho, vimos que o sistema desenvolvido pelo homem pré-histórico se limitava ao emprego de ícones que desenhava objetos existentes no mundo. Este homem não avançou para uma análise do que queria representar, porque não conseguiu transpor o pensamento em tópico frasal (Saussure, 1972, p. 18) como é hoje estruturada a linguagem verbal, oral ou escrita, faltava-lhe algo que permitisse pensar sobre os seus desenhos rupestres, pormenorizando a mensagem, sua condição física e social só lhe permitiu avançar até aquele ponto: os desenhos.

Vale à pena lembrar a concepção de pensamento que Saussure (1972, p.130) já explicitada anteriormente neste trabalho: “O pensamento é uma massa amorfa e indistinta, seria como uma nebulosa onde nada está delimitado, e somente através dos signos e da linguagem podemos distinguir duas idéias de modo claro e constate”. Exclusivamente neste aspecto, o que faltou ao homem pré-histórico foi

um sistema de signos que o permitisse refletir sobre seu pensamento subdividindo-o em partes significativas. Ele, então, o expressava em blocos, o desenho. Podemos inferir, então, que todas as fases da humanidade, mais precisamente, em todas as fases de evolução da escrita, os homens refletiam, dentro de suas possibilidades, a partir dos sistemas já inventados, por isto conseguiam avançar para novos sistemas, mais eficientes, quanto às necessidades socioculturais e lingüísticas.

Novamente Ferreiro e Teberosky (1991. p. 280) nos auxiliam: “reflete-se sobre a linguagem para se constituir uma escrita, mas, por sua vez, depois de constituída, a escrita permite novos níveis de reflexão que dificilmente poderiam existir sem ela”. Eis um indício do aporte teórico assumido neste trabalho e que nos dará subsídios para afirmar que a criança alcança o sistema alfabético, em algumas etapas supera a mentalidade dos primitivos, alcança às etapas seguinte, infinitamente mais rápido que seus ancestrais, porque lida desde de o início de sua psicogênese com o próprio sistema.

O ponto comum entre esses dois sujeito é a capacidade metalingüística, sendo que a criança leva vantagens por ter um sistema acabado e que encerra em si pistas do caminho percorrido. Portanto, a distinção entre desenhar e escrever que a escola lhe impõe e o sistema alfabético são pontos de equilíbrio entre as elucubrações infantis e o sistema socialmente constituído, é a garantia que elas não construirão outro sistema. Desta forma, seria demais suprimir uma ordenação própria e exigir de pronto que compreendam as regras sociais, que poderiam até ser outras, de ordenação deste sistema.

No tópico seguinte iremos analisar as observações de Ferreiro e Teberosky em *Psicogênese da língua escrita* (1991) e elegeremos alguns pontos cruciais na evolução percebida, onde encontramos correlação com a evolução dos sistemas desenvolvidos pela humanidade.

3.2 Um conflito individual para cada fase da aquisição da escrita

Ao observamos a escrita de uma criança percebemos que não há distinção clara, pelo menos não para nós, entre “desenho” e “escrita”. Os traços gráficos situam-se na fronteira entre ambos. Em certo momento, “alguns traços, cada vez

mais se parecem com o desenho, enquanto outros tentam imitar algo próximo a escrita como conhecemos” (Lurçat, 1974, *apud* Ferreiro e Teberosky, 1991, p. 63).

Ferreiro e Teberosky tentam descobrir, em suas investigações, qual seria, então, a conceitualização que a criança faz de ambas as formas de representação e se essas têm implicações com a origem gráfica comum entre desenhar e escrever. As autoras (1991, p.64) advertem que disto, não podemos deduzir que a escrita se reduza ao desenho, porque apesar de a escrita se aproximar da linguagem e do desenho, este não transcreve a primeira, tampouco a escrita deriva-se do segundo, e complementa: “a escrita constitui um tipo de objeto substituto”. E assim deve ser vista, porque, mesmo com o advento da escrita, o desenho permanece cumprindo sua função icônica de representar os objetos do mundo. Uma representação fidedigna sem a intermediação de uma linguagem articulada.

Na origem do desenvolvimento da escrita o homem pré-histórico se limitou, pelos motivos já vistos acima, a representar figurativamente o mundo que o cercava. Faltava-lhe, também, o desenvolvimento simbólico que poderia ter-lhe facultado uma representação através de um significante (um signo que fosse grafado e que evocasse o objeto a ser representado). Com o desenho, a apreensão do objeto real ou imaginário é feita a partir dos aspectos figurativos, apreendendo o conceito, o significado (objeto a ser representado) (Saussure, 1972, p. 81). Aquele homem primitivo não supunha, portanto, uma possível contrapartida, o significante, muito menos, que este tem outra ordem.

A criança, por sua vez, opera de forma mais ou menos parecida, é o que dizem as observações de Ferreiro e Teberosky (1991): “o desenho é a maneira peculiar que a criança encontra para lidar com o sistema social de representação das idéias”. Se as convenções sociais lhe fornecem duas ordens: o desenho e a escrita, ela tende a utilizar ambas com os mesmos critérios: dão preferência para aquela que mais impressiona o sentido, o tamanho físico do objeto real. O aspecto dos objetos aparecerá de alguma forma: então, formiga deve ser escrito bem pequeno, enquanto que elefante, bem grande. (Azenha, 2004, p.65)

Esta é a fase denominada por Ferreiro e Teberosky (1991) de PRÉ-SILÁBICA. Nesta fase, a criança ainda não concebe a escrita como objeto substituto, se usa as letras, é tão-somente porque as tem disponível. É o primeiro

limite dado pela sociedade, imposto pelo sistema já estabelecido, a criança pode inovar, mas fará a partir do sistema já estabelecido. Em *Reflexões sobre alfabetização*, Ferreiro (2005, p.10) explica que em uma representação adequada de uma realidade, há exclusão de algumas propriedades desta realidade e manutenção de outras. A criança, por sua vez, utiliza poucas letras do repertório sem se preocupar que estas deveriam variar para escrever coisas diferentes, sua eleição de uma propriedade já foi feita: escrita grande quando o objeto é grande, pequena quando o objeto é pequeno.

A criança não escolhe a prioridade socialmente aceita, mas a lógica que emprega vai ao encontro de uma concepção teórica acerca do sistema de escrita. Os sistemas escolhem um aspecto para priorizar: ou o objeto representado - o significado, ou o nome do objeto - o significante (Ferreiro, 2005, p. 23). No caso do nosso sistema, a prioridade recai sobre o registro sonoro, portanto a segunda opção. Como a criança ainda não concebe que a escrita substitui o nome oral do objeto, ela aproxima a escrita das propriedades do objeto sobre o qual se fala.

Ainda nesta fase, as letras disponíveis levam a criança à criação de um critério: para que se leia o que está escrito, é necessário que a escrita tenha no mínimo três letras, ou ainda, as letras devem variar de posição para propor escritas diferentes. É o que Ferreiro (2005, p 20-24) chama de coordenação entre os eixos intrafigurais (diferenciar os elementos dentro da mesma palavra) e interfigurais, (diferenciar as palavras entre si); é exatamente a superação deste conflito que lança as crianças na fase seguinte.

Antes, porém, é importante que atentemos para esse critério infantil, a princípio sem importância. Como dissemos anteriormente, a criança aproxima as marcas gráficas do objeto real, por outro lado, nosso sistema lhe oferece as letras que, como vimos no primeiro capítulo, é resultado de uma re-análise da sílaba. A criança então resiste ao pequeno número de letras devido à sua impossibilidade momentânea de fazer esta análise, relembramos que esta re-análise só foi possível tardiamente na história da escrita, mesmo assim, com o auxílio do sistema utilizado e da referência da língua falada.

A criança, no entanto, só tem o recurso do sistema, ou melhor, dos elementos do sistema, as letras; por outro lado, não concebe a articulação propriamente dita

porque não correlacionou a escrita com a linguagem articulada, portanto é como se esta não existisse para este fim. Mas, não pode se furtar das letras, o caminho encontrado é o critério da quantidade mínima, talvez uma compensação linear na extensão, para os elementos (letras) que se encerram em unidades pormenorizadas. Provavelmente, se não houvesse o concurso das letras as crianças se expressariam apenas em bloco e a distinção entre desenhar e escrever seria quase impossível como ocorrera com os pré-históricos.

Quisemos comparar esta fase infantil com o período sintético da evolução da escrita. Relembrando que os desenhistas pré-históricos não tinham conscientemente (pre)ocupação em comunicar. Hoje, se “lemos” tais incisões nas pedras, fazemos por inferências e porque em nossa sociedade a interpretação é um valor. A criança, na fase pré-silábica, também se expressa através da escrita, mas a expressão sozinha não comunica, é necessário que ela diga o que escrevera, porque ela não elege os mesmos critérios que nós adultos escritores elegemos.

O conflito entre os eixos interfigurais e intrafigurais faz com que as crianças avancem no sistema, neste caso, significa considerar a linguagem como intermediária entre o objeto e a escrita, na fase posterior a que acabamos de ver. Assim, a criança atenta para as propriedades sonoras; esta atenção marca a entrada no período SILÁBICO.

Neste período, a criança começa a descobrir que as partes da escrita, letras, podem corresponder a tantas outras partes da escrita, as sílabas. Isto significa que a quantidade de letras com que se escreve uma palavra tem correlação com a quantidade de partes que se reconhece na emissão oral (Ferreiro, 2005, p.24). Ainda a autora: “[Este período] evolui até chegar a uma exigência rigorosa: uma sílaba por letra sem omitir sílaba e sem repetir letras”. (Ferreiro, 2005, p.24)

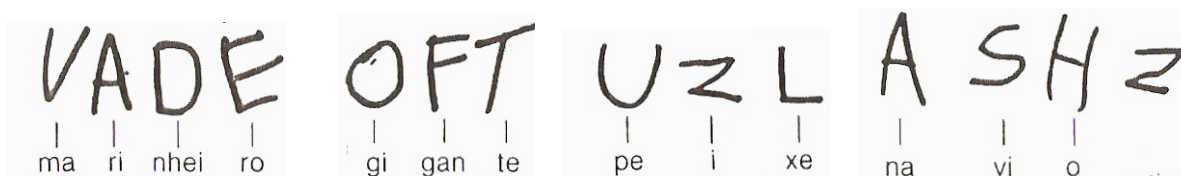
A criança agora tem, além de elementos do sistema (letras), mais um dado a favor da organização do sistema do adulto: a relação entre uma marca e um valor sonoro, se quisermos de outra maneira, entre uma emissão sonora para cada inscrição no suporte, mas, não da forma convencional. O som /pa/ pode ser expresso por qualquer letra, neste caso, por uma letra. Surge novo conflito, mediado pela escrita do adulto, nesta escrita aparecem mais letras que a hipótese silábica

infantil permite. Se PA PAI (escrito) se “lê” /PA/ para P e / PAI/ para A, o que fazer com o P- A -I restantes? (Ferreiro, 2005, p.25)

Outro agravante para a apreensão do sistema convencional, é que a criança nesta fase não abandonou totalmente seus critérios construídos na fase anterior, exatamente porque não há uma delimitação rígida, o que existe é uma tendência, primeiramente da lógica infantil, que vai aos poucos sendo substituída pela convenção social da escrita. Vejamos um bom exemplo. Ferreiro (2005, p.25) observou que quando as crianças, na fase silábica, tentam escrever monossílabos, pensam que devem ser escritos por apenas uma letra. Mas, com uma letra, segundo a mente infantil, não se pode ler. Instaura-se, portanto, um conflito, característico da tentativa de organizar estas duas ordens tão dispares: uma ordenação própria e a socialmente constituída. O impasse somente será resolvido quando a criança abandona seu critério em prol do sistema socialmente aceito.

Nesta fase, ocorre também algo que Azenha (2005, p 72) chama atenção, os professores buscam encontrar uma correspondência correta entre som e letra para assegurar que as crianças estejam nesta fase. A autora adverte que o que caracteriza esta fase, e que não achamos demais repetir, é a atribuição de um valor silábico a cada marca produzida como parte de uma totalidade registrada, sejam tais marcas, convencionalmente, letras ou não. Chegar a esta exigência é importantíssimo, pois é o primeiro acordo com o sistema do adulto mediado, portanto, pela linguagem.

Atentemos para escrita abaixo. Esta escrita ratifica as observações da autora. A criança não despertou para o valor sonoro a ser representado por uma contrapartida socialmente aceita. Para nós, esta *V* é a letra V, uma consoante que só pode ser pronunciada mediante uma vogal posposta a ela. Para a criança, não passa de uma marca, portanto muito bem pode representar o som /ma/, e por este ser para ela unicamente um som, usa-se apenas uma marca para isto. Mais a frente ,comentaremos o nome da criança escrito.





Nome da criança autora da escrita acima

Fonte: AZENHA (2006). Escrita de uma criança em nível silábico.

Agora, a criança tem os elementos do sistema (letras), mais uma característica do sistema: parte-se do som (significante), para apreender o conceito (significado). Esta característica diferencia dois grandes blocos de sistemas, o fonográfico, que acabamos de explicar e o ideográfico, que tem uma direção inversa: parte do significado para chegar ao significante, como vimos no primeiro capítulo.

Vimos no capítulo anterior, que a escrita analítica, escrita de palavras, é o segundo período na evolução da escrita. Nela houve a primeira delimitação significativa dentro do tópico frasal da escrita sintética. Porém, vimos também que o avanço foi provocado por necessidade de uma maior delimitação do que se expressava, também com o intuito de comunicar. A delimitação ocorre, mas o caráter de representação ideográfico, que parte da idéia, permanece. A evolução histórica e a individual partem do mesmo ponto, os pré-históricos para representar uma idéia usavam a ideografia, as crianças valem-se do realismo nominal, (Azenha, 2006), ou seja, captam as proporções do objeto e as expressam: escrita grande para coisas grandes, escrita pequena para coisas pequenas. Porém, as crianças avançam em relação aos pré-históricos, pois partem destes critérios de realidade e fazem uma revolução conceitual, quando despertam para o aspecto sonoro (salto fonêmico) percebida na história da escrita muito tardiamente. Cabe lembrarmos o que dissemos no início deste capítulo, não há uma correspondência fase a fase entre a evolução da escrita na criança e a evolução escrita da humanidade. Na criança, a fase ideográfica se expressa com os desenhos, nosso sistema de representação permite; mas para escrever, a convenção social lhe apresenta as letras. Nada mais justo que a primeira articulação feita pelas crianças seja em função das letras. No início da evolução infantil, a criança trabalha coordenando a impressão que o mundo lhe causa e um sistema desenvolvido em função da linguagem falada; por outro lado o homem pré-histórico representava o mundo a sua volta sem o imperativo de um sistema social e sem o concurso de uma linguagem articulada.

No que diz respeito ao nome das crianças, as pesquisas realizadas por Ferreiro e Teberosky (1991) nos fornecem muitas informações. O que nos interessa a este

respeito é encontrar dados contrativos e comuns entre, a compreensão infantil do seu próprio nome e a forma estável de uma primeira análise do tópico frasal, historicamente conhecida como escrita analítica, escrita de palavra. Na pesquisa realizada, muitas crianças chegam à escola reconhecendo seu próprio nome, e, por razões que não nos cabe discutir nos limites desta monografia, a maioria destas crianças pertencem a classes abastadas. Na verdade, não existe ainda um reconhecimento das partes ou das letras propriamente ditas e sim uma leitura global como se reconhecesse a forma como um todo, portanto dificilmente analisável.

Queremos chamar atenção que sobre a história da escrita, Ferreiro e Teberosky (1991, P. 216) citam Gelb (1976), quando este explica sobre os logogramas, sinais encontrados na escrita da cidade de Uruk, cidade da Babilônia, Segundo este autor, tais sinais foram utilizados para expressar palavras mais abstratas e nomes próprios, enquanto os ideogramas representavam elementos concretos mais fáceis de serem desenhados. Desta forma, os logograma facilitaram a fonetização, porque induziam as pessoas voltarem sua atenção para o aspecto sonoro do objeto representado. Gelb (1976), ainda através das autoras, cita o exemplo do nome “Búfalo branco”. A primeira palavra evoca algo facilmente, mas a segunda força o ouvinte voltar sua atenção para algo que tenha a mesma cor, mas com necessidade de separar a qualidade da evocação e a partir daí apreender a cor de forma abstrata. Logo, os símbolos que os representavam denunciava mais facilmente a arbitrariedade, pois não tinham como nos ideogramas uma forma à qual aludiam no início deste último sistema. Atentemos para as próprias palavras do autor:

A necessidade de uma representação adequada para os nomes próprios levou finalmente ao desenvolvimento da fonetização. Isto se acha confirmado pelas escritas asteca e maia, que utilizam só raramente princípios fonéticos, e em tais casos, quase que exclusivamente, para expressar nomes próprios [...] A fonetização, portanto, surgiu da necessidade de expressar palavras e sons que não podiam ser indicados apropriadamente com desenhos ou combinações de desenhos. (Gelb, 1976 *apud* Ferreiro e Teberosky 1991, p. 216)

Visto esta explicação, comparemos com o desenvolvimento infantil. Neste processo, mesmo reconhecendo seu nome e muitas vezes escrevendo-o sem cópia,

isto ainda não significa que a criança já consiga estabelecer relação com o som e as letras que o representa de forma convencional. A escrita convencional do próprio nome não evitou que passasse pelos períodos pré-silábico, silábico e silábico-alfabético, as duas primeiras por sua vez, não o habilita a se basear nelas para escrever o próprio nome. Finalmente, a criança no nível silábico já escreve seu nome (cf. p. 43) mas, sem, segundo Ferreiro e Teberosky (1991), analisá-lo, nem mesmo nos moldes silábicos como já concebe, tampouco como socialmente concebemos a sílaba. Somente na fase alfabética ocorre um ajuste, escreve o próprio nome e já o analisa em suas partes constituintes.

Tudo isto para dizermos que a escrita analítica, especificamente a escrita de nomes, é um grande avanço na história da escrita, avanço este que fora mediado pela capacidade metalingüística de segmentar a frase enquanto bloco de idéia, e aqui nos lembramos de Saussure (1972). No exemplo que demos acima, (veja p. 40), a criança na fase silábica, escreve seu próprio nome, utilizando as letras convencionais. Ao mesmo tempo, (re)analisa outras palavras sem relacionar o som resultante da análise com as letras que os representa convencionalmente. Ela trabalha concomitantemente com dois aspectos do sistema desenvolvido em épocas diferentes para atender a línguas distintas: o silábico desenvolvido pelos egípcios e semitas (cf. capítulo 2) e já escreve seu nome à moda grega representando, em tese, todos os fonemas e com uma consoante próxima a uma vogal. Aqui cabe uma observação muito importante aos alfabetizadores, a criança está reproduzindo seu nome como algo global, copia os grafismos um após outro como se fossem nuances de um todo. Isto mostra a importância da mediação do sistema para apreensão do próprio sistema, mas seu imperativo sobre o aprendiz somente produz efeito desejado quando o sujeito já desenvolveu capacidade metalingüística específica para compreender a pormenorização do sistema alfabético. Em época distante, uma análise do sistema ideográfico provocou a escrita analítica, uma primeira delimitação no pensamento, a ser expressa no sistema de escrita, tal avanço, foi fruto do desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a linguagem, usando a própria linguagem, e o sistema já estabelecido.

O sistema alfabético utilizado atualmente guarda toda esta evolução de forma tácita, é bem verdade, mas a capacidade metalingüística característica comum em

qualquer época e a estrutura da língua a ser notada pelo sistema alfabético acaba por desvelar todo percurso percorrido pela humanidade, expressa agora nas fases pelas quais passam as crianças para se apropriar do sistema, que a sociedade lhes apresenta como acabado. A sociedade atual herdou uma escrita que transmite às crianças concomitante a outros elementos do sistema (desenho, por exemplo), impossibilitando-as de qualquer reflexão, por enquanto, neste aspecto. E ainda com o risco de nos tornarmos repetitivos: assim deve ser, porque nossas crianças recebem um sistema com escrita de palavras, com sílabas e com letras, portanto é sobre ele com seus diversos aspectos que devem refletir para se apropriar.

A fase, como já dissemos, não é fechada em si mesma, aparece mesclada com características da anterior; ao passo que se estabiliza, aparecem propriedades da seguinte, ainda em construção, por isto a criança entra, após a fase silábica, na transição SILÁBICA-ALFABÉTICA. Segundo Ferreiro (2005, p. 27) é quando a criança percebe que a sílaba pode ser (re)analisada em elementos menores, as letras.

A interação com o aspecto sonoro teve início na fase silábica, mas a crianças ainda não percebe que nosso sistema tenta representar todos os sons. Por isto, muitas vezes, letras que representam os sons consonantais no nosso sistema, são utilizada como se ela sozinha tivesse o status de sílaba. Por outro lado, em outras construções “silábicas”, é a vez da consoante ser suprimida. Quando lida desta forma com o sistema, opera com bastante lógica porque realmente, em alguma palavras como **M**esa **MaiZ**ena (a marca), **L**eite, seria quase impossível não pronunciar os sons vocálicos implícitos, como acontece com as consoantes acima em destaque. Já em outras, como veremos abaixo, a letra que expressa o som consonantal é suprimida em função de um som vocálico bastante forte. É o caso do **L** de cola e do **N** de maisena.





Fonte: AZENHA (2006). Escrita de uma criança de 7 anos na transição silábico-alfabético.

Vejamos algumas explicações desta fase pela própria autora:

E a partir daí, descobre novos problemas: pelo lado quantitativo, que se por um lado não basta uma letra por sílaba, também não se pode estabelecer nenhuma regularidade duplicando a quantidade de letras por sílaba (já que há sílabas que se escreve com uma, duas, três ou mais letras); pelo lado qualitativo, enfrentará os problemas ortográficos (a identidade do som não garante identidade das letras, nem a identidade de letras a de som). (Ferreiro, 2005, p. 27)

Podemos relacionar esta fase com a assimilação do sistema semítico pelos gregos e a inovação deste último povo em função de sua língua (cf. capítulo anterior, p. 23). Como já sabemos, nas línguas semíticas a notação dos sons vocálicos é dispensada, pois, podem ser apreendidos no contexto da palavra devido ao pequeno número de sons vocálicos. A criança, então, age no limiar destas duas lógicas e tende a estabilizar em prol do sistema convencional. Mais uma vez, lembremos das palavras de Ferreiro e Teberosky (1991): “não há um redução entre as fases da história da escrita e o desenvolvimento infantil”. Antes, busquemos compreender que entre os gregos e as crianças que se alfabetizam em português existe o tronco comum entre as línguas. Ainda mais, a capacidade metalingüística inerente ao ser humano, a capacidade de analisar a linguagem através da própria linguagem. No nosso caso, esta capacidade aplicada na nossa língua levará a criança à notação de todos os sons. Em outras palavras, até que escreva nos moldes alfabéticos à moda grega: consoante e vogal uma ao lado da outra para expressar a sílaba. (Cagliari, 1993, p. 171)

Escrever nestes moldes é a característica da fase alfabética. Para falarmos desta fase, será necessária uma consulta mais intensiva às pesquisadoras Ferreiro e Teberosky (1991), por dois motivos: primeiro para nos respaldarmos quanto ao imperativo do sistema e esclarecer dúvidas que ainda persistam sobre o que estamos insistindo desde o início desta seção. Segundo porque entraremos no último período da fonetização da escrita que teve início com a fase SILÁBICA e

culminará na fase ALFABÉTICA (Ferreiro, 2005, p. 19). Ainda mais por ser tal fase intimamente ligada à última fase alcançada em função das línguas latinas através das inovações gregas. Segundo as autoras:

Se as crianças que estudamos culminaram em hipótese do tipo alfabético, é sem dúvida alguma porque qualquer outra hipótese entra em conflito insolúvel com os dados da experiência (com a escrita constituída). Mas os dados da experiência poderia ter eliminado todas as outras hipóteses e, entretanto, não é assim. Uma teoria estritamente empírica não pode dar conta dos nossos resultados. (Ferreiro e Teberosky, 1991, p.279)

E seguem:

Porém não é menos certo que outros sistemas de escrita estão atualmente em uso e cumprem uma eficiência similar, as mesmas funções que o sistema alfabético de escrita (a escrita chinesa, basicamente ideográfica cumpriu historicamente uma função que a escrita alfabética dificilmente teria podido satisfazer: conservar durante séculos uma língua escrita uniforme, apesar da grande diversidade de dialetos. A escrita japonesa, conhecida como kana, é puramente silábica e muito bem adaptada à estrutura silábica do japonês, etc.). (Ferreiro e Teberosky, 1991, p.279)

Em um texto sobre consciência fonológica, Nascimento (2004), diz que a capacidade de distinguir fonemas é a última das capacidades fonológicas a ser adquirida. Antes, as crianças adquirem a consciência de palavra e de sílaba, na primeira, percebe pelo ouvido as diversas significações (as palavras) compondo uma frase, em seguida os sons (sílabas) que compõem as palavras. Aí estão de forma bem resumida os mecanismos metalingüísticos realizados pela humanidade na construção dos sistemas de escrita. No geral, à medida que a criança tem acesso ao sistema alfabético de escrita, e desperta para sua relação com a fala, ela não mais se detém até que alcance a pretensão do sistema: re-analisar e grafar todos os sons que formam a sílaba.

No nosso caso, as descobertas das crianças não terminam com a re-análise da sílaba e com a descoberta da intenção do sistema de grafar todos os sons. Ela passará ainda pela instabilidade de identificar o fonema e perceber que há mais de um grafema que pode representá-lo; ainda que alguns grafemas possam representar sons diferentes a depender da palavra, onde se encontre. Ainda mais, que a quantidade grafemas não será sempre igual à quantidade de fonema. E mais uma

vez o sistema lhe enquadra: *as palavras têm uma farda*⁸, apresenta-lhe, portanto, a norma culta.

Encontramos numa citação de Ferreiro e Teberosky (1991, p. 264), um ponto de equilíbrio entre a necessidade do meio, neste caso do sistema de escrita, estabelecimento das convenções e do sujeito em nada passivo, que não espera apenas o estímulo, para apreender tais conhecimentos, neste caso o conhecimento acerca da linguagem escrita:

Quanto ao papel do conhecimento proveniente do meio, fica claro que se trata de interação entre o indivíduo e o meio onde quem impõe as regras e o limite de assimilação é o indivíduo, mas a presença do meio para a construção de um conhecimento cujo o valor social e cultural e não se pode esquecer. (Ferreiro e Teberosky, 1991, p. 265)

Como vimos, as fases pelas quais as crianças passam na aquisição da escrita, podem refletir de forma muito econômica as fases da conquista da escrita pela humanidade, guardada as devidas proporções

Desta forma, ao fim do processo de alfabetização a criança não encerra sua busca dentro do sistema de escrita. Mas, este processo será decisivo para que ela se sinta encorajada a usar o sistema, a colocá-lo à prova sempre que preciso, a buscar suas formas socialmente aceitas e, acima de tudo, entender que a escrita é um patrimônio humano, e nacional, portanto ela tem o direito de se apropriar dela.

⁸ Usava esta expressão para explicar aos alunos da construção civil que apesar de poder ler e entender MEZA, CAZA elas devem sempre ser escrita: MESA, CASA. Da mesma forma que eles deveriam estar fardados no canteiro de obras.

CONCLUSÃO

Nestas últimas páginas falarei na primeira pessoa, porque assim me sinto mais à vontade para falar da satisfação na realização deste trabalho; o quanto foi gratificante ter silenciado minhas “certezas” perante a “ignorância” de uma criança de oito anos.

Esta troca de lugar me fez desvelar um caminho que supunha conhecer pelo fato de saber ler e escrever. Tais reflexões, que resultaram na concretização deste trabalho, mostraram que a opacidade do sistema está presente todo tempo, não somente para os analfabetos, mas também para os alfabetizados que nada mais são que aqueles que tiveram os olhos e a mente condicionados a ver o que ali não está (leitura) e fazer arranjos com os elementos do sistema para dizer o que vai a sua mente (escrita). Eis uma “loucura coletiva”! Uma boa loucura nos moldes simbólicos de forma não análoga, mas arbitrária.

Mais louco ainda é achar que somente através de apenas um caminho, que parte da ótica de quem lê e escreve, daremos conta de alfabetizar e os aqueles que ficam de fora do processo têm problemas de aprendizagem. Quem já conseguiu entender a lógica convencional do sistema, aliada à capacidade metalingüística, pode se dar ao luxo de ver todas as nuances desta belíssima construção histórica e escolher a que mais lhe agrada. O grande problema é quando pessoas responsáveis para fazer, juntos com as crianças, jovens e adultos, esta “viagem”, são os primeiros a permanecerem cegos. Falo dos/aos meus colegas pedagogos.

Não pensem que o estilo do primeiro parágrafo tenha relação com apologia à falta de rigor, pelo contrário, somente após ter estudado um pouco sobre linguagem, experimentar entender a lógica de quem ainda não se apropriou do sistema, posso afirmar que do “outro lado existe vida inteligente”. Os ditos analfabetos, pensam, refletem e formulam hipóteses sobre o sistema lingüístico que lhes é apresentado. Alguns, então, podem perguntar: por que não aprendem? Ou... antes destes modismos todos aprendiam. Algumas pessoas, com o mínimo de conhecimento sobre educação institucional, enumerariam pelo menos cinco itens todos referentes a questões sociais e culturais. Para quê? Para justificar o analfabetismo? Para que seria preciso enumerar itens? Assim, vou me restringir, sem a pretensão de oferecer

respostas definitivas ao processo de alfabetização, que certamente retornarão às questões sócio-culturais.

Para pensarmos na primeira pergunta, vou lembrar Ferreiro e Teberosky (1991) quando dizem que as crianças levantam hipóteses sobre o sistema e com o tempo e as devidas intervenções, cabíveis ao professor, tais hipóteses são derrubada em prol da organização social do sistema. Quem me lê pode agora estar perguntando: “quanto tempo este processo de brincar de escrever deve ser permitido? Por que na minha sala tenho crianças grandes que ainda não lêem?” Respondo com outras perguntas: essas crianças tiveram realmente oportunidade de brincar de escrever? Tiveram uma pré-escola decente? Tiveram professores nessa fase que fizeram intervenções competentes? Tiveram a mesma “sorte” que eu ao entrar na escola, aos sete e em seis meses, estava lendo? Sem contar, no meu caso, na pré-escola de bairro que tive, ainda me lembro, do tormento que foi escrever a letra A; detalhe, em letra cursiva. E do meu espanto quando meus vizinhos que estudavam na mesma escolinha não relacionava de pronto o nome da cor ao lápis da mesma cor. Somente para fazer uma comparação, talvez, bem perversa. Um amigo lembrava de sua pré-escola. Ele me contou com um prazer inenarrável que brincava com letras grandes vazadas, buscava-as de olhos fechados dentro de sacos, tentando adivinhar o nome delas a partir da forma. Já de olhos abertos, metia-as na tinta e as fixava em papel.

Alguém ainda pode insistir e dizer: Mas, vocês dois aprenderam! Lembre-se que dei sorte, “enlouquecemos” mais rápido. Brincadeiras à parte, eu sou um exemplo, dentre muitos que não tiveram o mesmo caminho, não me canso de encontrar antigos colegas que se espantam em saber que ainda estudo, mais espanto demonstram quando sabem que é numa universidade pública. O desgosto pelos estudos e as lembranças nada agradáveis do período escolar são gritantes para maioria das pessoas.

Voltemos às hipóteses do sistema. Se as crianças pensam sobre ele é aí que precisam de intervenções competentes, porque existe uma forma instituída de lidar com o sistema lingüístico. Negar isso e achar que as crianças encontrarão o caminho sozinhas, isto, é bom lembrar, não é construtivismo. É, sim, requinte de

crueldade, principalmente com crianças pobres que não assistem pessoas à sua volta em meio a livros ou não ouvem falar da escola com prazer.

Para o que chamo de intervenção competente, e tentei contribuir para isto com este trabalho, o professor alfabetizador precisa tomar ciência de alguns conceitos: a) a escrita é algo artificial, foi construída longamente pela humanidade; b) alguns “erros” cometidos pelos aprendentes são quase a mesma repetição das fases que a humanidade passou para construir o sistema. Essa “repetição” ocorre graças ao ponto comum entre as criança e a humanidade: a competência lingüística. Prova disto foi a inovação grega sobre o sistema fenício, que por sua vez criaram o rol consonantal para atender as suas necessidades mercantis. Não esqueçamos que as crianças criam hipóteses sobre o sistema, aliás, o que os gregos fizeram não seria uma sugestão que deu certo?

Para resumir, lembremos que o sistema não foi criado para ser difundido. Isto é algo recente, mas, talvez inconscientemente, enquanto sociedade, ainda usemos mecanismos que fazem muitos ficarem de fora desta aprendizagem.

Por fim, precisamos tomar consciência que ensinamos uma língua e nossos alunos entram na escola com competência lingüística oral. Nós ao entrarmos em sala devemos saber que conhecimento sobre a língua escrita nada tem de natural. Somos responsáveis pela pequena, mas importantíssima, parcela dos fatores que selecionam os que aprendem e os que ficam de fora.

Para os que argumentam que, “*antes todos aprendiam*”... Mesmo que estes representassem a realidade de todos que estavam na escola, o que não é verdade, vamos lembrar que hoje muito mais crianças estão na escola; os meninos e meninas que vendem picolé, amendoim também vão para escola assim como aqueles que dedicam a sua infância e adolescência para os estudos. Ou seja, quase todos grupos sociais, guetos e tribos estão na escola. Os diferentes grupos sociais precisam se encontrar na escola, senão nela, ao menos em nós professores, compreensão, competência, conhecimento seguro a respeito do objeto do seu trabalho: a língua e o sistema que tenta notá-la. E assim construirmos, enquanto cidadãos, uma sociedade mais justa em que cada um seja respeitado pelas suas qualidades e, também, pelas suas diferenças.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo**: De Piaget a Emília Ferreiro. São Paulo: Ática, 2006.

BARBOSA, Jose Juvencio; PALANGE, Ivete. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1990.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1991.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Breve Histórico da letras e dos números. *In* MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil/ALB: São Paulo, 1999.

COTRIM, Gilberto. **História e Reflexão**. São Paulo: Saraiva, 1997.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Por que arte-educação?** Campinas/ SP: Papirus, 1996.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua escrita**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editora, 2003.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita ideográfica e escrita fonográfica. *In* CAGLIARI, Luiz Carlos; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil/ ALB São Paulo, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Quando o desenho é escrita. *In* CAGLIARI, Luiz Carlos; MASSINI-CAGLIARI, Gladis **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil/ALB São Paulo, 1999.

KATO, Mary. **No mundo da Escrita**. Uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Editora Ática, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos e MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil /ALB São Paulo, 1999.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília(DF) : Brinquet de Lemos/livros, 1999.

NASCIMENTO, Lílian Cristiane Ribeiro. **Consciência fonológica**. Disponível em [http://: www.fonoesaude.org/consfonologica.htm/](http://www.fonoesaude.org/consfonologica.htm/) acesso em 13/08/2004

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O símbolo e o brinquedo**: a representação da vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand. Natureza do signo lingüístico. *In* **Curso de Lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.